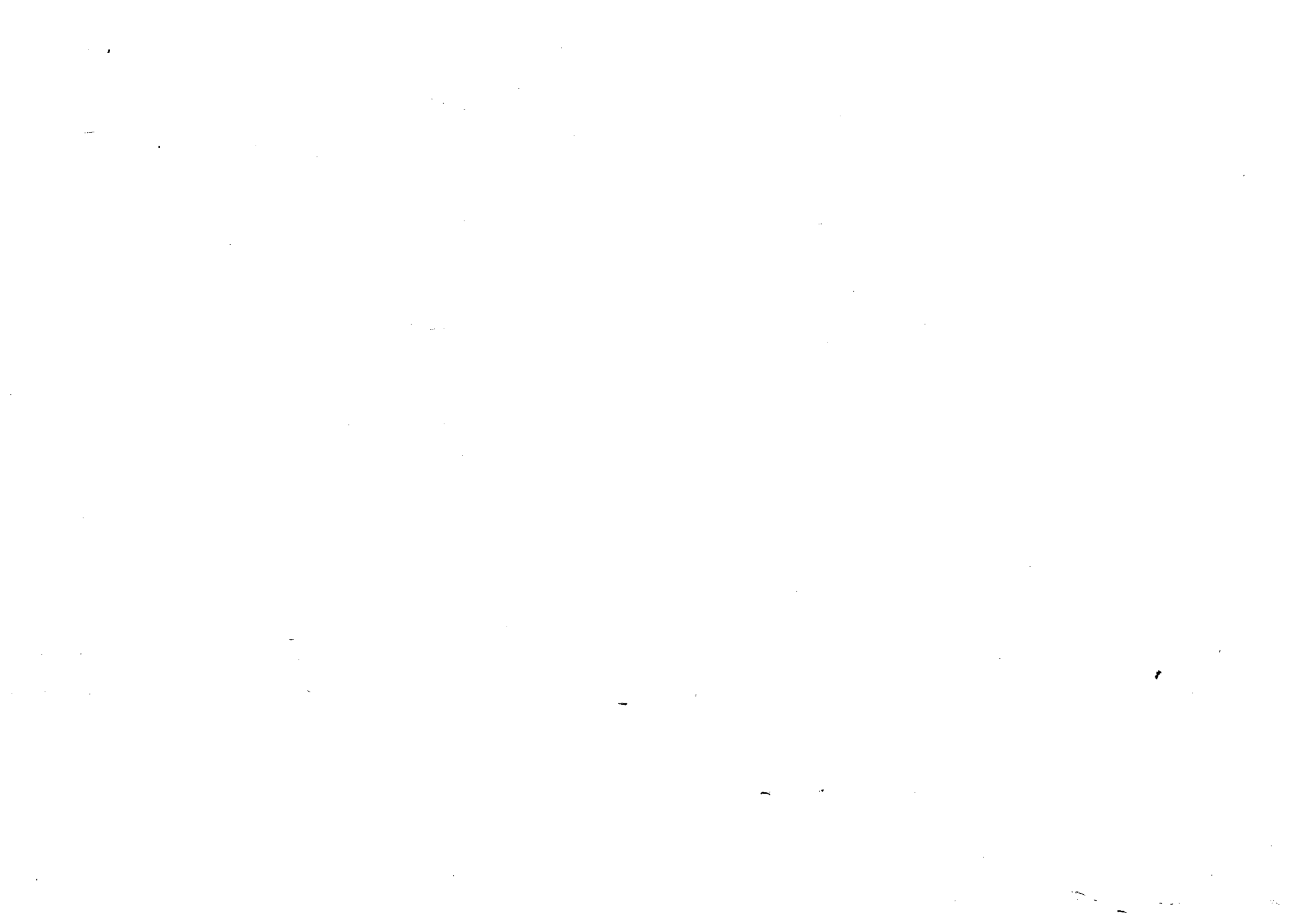


David Harvey

**O Enigma  
do Capital**  
E as Crises do Capitalismo

Tradução de  
Maria Carvalho

EDITORIAL BIZÂNCIO  
LISBOA, 2011



8

## Que fazer? E quem o fará?

EM TEMPOS DE CRISE, a irracionalidade do capitalismo evidencia-se perante todos. O capital excedentário e a força de trabalho excedentária existem lado a lado, sem que haja aparentemente maneira de os juntar de novo no meio de um imenso sofrimento humano e de necessidades por satisfazer. Em meados do Verão de 2009, a inactividade atingia um terço dos meios de produção nos Estados Unidos, enquanto cerca de 17% da mão-de-obra estava no desemprego, tinha sido forçada a trabalhar a tempo parcial ou se sentia «desencorajada».<sup>1</sup> Haverá algo mais irracional?

Para que a acumulação de capital se traduza num crescimento acumulado de 3% será necessária uma nova base para gerar lucros e absorver excedentes. A maneira irracional de o concretizar tem sido a destruição das realizações das épocas anteriores através da guerra, da desvalorização dos activos, da degradação da capacidade produtiva, do abandono e de outras formas de «destruição criativa». Os efeitos não se sentem apenas no mundo da produção e intercâmbio de mercadorias. As vidas humanas são perturbadas e até fisicamente destruídas, as carreiras e as realizações de toda

<sup>1</sup> Trabalhadores que não procuram emprego activamente por considerarem que não existe ou que não possuem qualificações, mas também desempregados de longa duração. (N. da T.)

uma vida são ameaçadas, as crenças mais profundas são questionadas, as psiques feridas e o respeito pela dignidade humana posto de lado. A destruição criativa afecta toda a gente, os bons e os maus, os bonitos e os feios. Podemos concluir que as crises são os racionalizadores irracionais de um sistema irracional.

Poderá o capitalismo sobreviver ao presente trauma? Evidentemente que sim. Mas a que preço? Esta pergunta mascara outra. Poderá a classe capitalista reproduzir o seu poder perante as incontáveis dificuldades económicas, sociais, políticas, geopolíticas e ambientais? Mais uma vez a resposta é um sonoro «Claro que pode». Contudo, tal exige que o grosso das pessoas ofereça generosamente os frutos do seu trabalho aos detentores do poder, que abdique de muitos dos seus direitos e bens duramente alcançados (desde a habitação à reforma) e que sofra inúmeras degradações ambientais, já para não falar de reduções em série nos níveis de vida que significarão a inanição para muitas das pessoas que já estão a lutar pela sobrevivência nas piores condições. Mais do que alguma repressão política, será necessária violência policial e um Estado militarizado para reprimir a agitação subsequente. Mas no *locus* geográfico e sectorial do poder da classe capitalista também haverá violências e mudanças dolorosas. A classe capitalista não pode, se é que a história nos serve de guia, manter o poder sem alterar o seu carácter e sem imprimir à acumulação uma trajectória diferente e orientada para novos espaços (como o Leste da Ásia).

Como a imprevisibilidade é imensa e os espaços da economia global muito variáveis, as incertezas quanto aos possíveis desfechos acentuam-se em tempos de crise. Surgem todos os tipos de possibilidades localizadas, quer para os capitalistas emergentes em alguns espaços novos desafiarem a velha classe e as hegemonias territoriais antigas (como quando Silicon Valley substituiu Detroit a partir de meados da década de 1970 nos Estados Unidos), quer para os movimentos radicais ameaçarem a reprodução de um poder de classe já desestabilizado e, portanto, enfraquecido. Afirmar que a classe capitalista e o capitalismo podem sobreviver não é o mesmo que afirmar que estão predestinados a isso, nem que o seu carácter futuro está determinado. As crises representam momentos de paradoxos e de possibilidades dos quais podem

brotar todos os tipos de alternativas, incluindo socialistas e anti-capitalistas.

Então, o que acontecerá desta vez? Se queremos voltar a um crescimento de 3%, teremos de descobrir novas oportunidades de investimento global lucrativo para cerca de 1,6 biliões de dólares em 2010, que se aproximarão dos 3 biliões em 2030. Estes montantes contrastam com os novos investimentos necessários em 1950 ou em 1973 (0,15 biliões e 0,42 biliões, respectivamente, sendo que os valores do dólar estão ajustados à inflação). Os problemas reais de encontrar um escoamento adequado para o capital excedentário começaram a surgir depois de 1980, mesmo com a abertura da China e o colapso do bloco soviético. As dificuldades foram parcialmente resolvidas pela criação de mercados fictícios onde era possível lançar a especulação em activos sem qualquer controlo por parte de um aparelho regulamentador. Para onde irá agora todo este investimento?

Deixando de lado as restrições indiscutíveis na relação com a natureza (em que o aquecimento global se reveste obviamente de uma enorme importância), as outras potenciais barreiras (procura solvível no mercado, tecnologias e distribuições geográficas/geopolíticas) deverão ser sérias, mesmo supondo (o que é improvável) que não se concretizarão oposições activas fortes à continuação da acumulação de capital e da consolidação do poder de classe. Que espaços restam na economia global para novas soluções espaciais para a absorção dos excedentes de capital? A China e o ex-bloco soviético já foram integrados. O Sul e o Sudeste da Ásia depressa chegarão ao limite. A África ainda não está plenamente integrada, mas não existe mais nenhum sítio com capacidade para absorver todo esse capital excedentário. Que novas linhas de produção se poderão criar para absorver o crescimento? Pode ser que não haja soluções capitalistas a longo prazo para esta crise do capitalismo (além do regresso às manipulações fictícias de capital). Chega a um momento em que as mudanças quantitativas levam a mudanças qualitativas, e temos de levar a sério a ideia de que podemos estar exactamente nesse ponto de inflexão na história do capitalismo. Por conseguinte, questionar o futuro do próprio capitalismo enquanto sistema social adequado deve ocupar o primeiro plano do actual debate.

Contudo, não parece haver uma grande apetência por esta discussão, ainda que pareçam cada vez mais vazios os mantras convencionais acerca da perfectibilidade da humanidade com a ajuda dos mercados livres e do comércio livre, da propriedade privada e da responsabilidade pessoal, dos impostos baixos e do envolvimento mínimo do Estado enquanto prestador de serviços. Aproxima-se uma crise de legitimidade. Mas estas crises costumam desenvolver-se a um ritmo diferente do das crises bolsistas. Foram necessários três a quatro anos para que a crise de 1929, por exemplo, produzisse os movimentos sociais de massa (tanto progressistas como fascizantes) que surgiram a partir de 1932. A intensidade com que o poder político procura formas de sair da actual crise serve de medida ao medo político da ilegitimidade iminente.

A existência de fracturas no edifício ideológico não significa que esteja totalmente destruído, nem se segue que, por uma coisa estar claramente vazia, as pessoas o reconheçam imediatamente. Até agora, a fé nos pressupostos da ideologia do mercado livre não sofreu uma grande erosão. Não há indícios de que as pessoas nos países capitalistas avançados, além do descontentamento habitual, andem à procura de mudanças radicais de estilo de vida, embora muitas reconheçam que vão ter de economizar aqui e poupar mais ali. Nos Estados Unidos, segundo estudos preliminares, as pessoas que ficaram sem casa por incumprimento da hipoteca costumam culpar-se (invocando por vezes a falta de sorte) por não terem estado à altura das responsabilidades pessoais decorrentes da posse de habitação própria. Embora a duplicidade dos banqueiros provoque cólera e os seus bónus suscitem uma indignação popular, não parece haver na América do Norte nem na Europa nenhum movimento que defenda mudanças radicais e de grande alcance. No sul, concretamente na América Latina, a situação é bastante diferente. Não há certeza quanto ao desfecho das políticas na China e no resto da Ásia, onde o crescimento continua e as políticas seguem vias diferentes. Lá, o problema reside no facto de o crescimento continuar, mas num ritmo mais lento.

A ideia de que a crise tem origens sistémicas é pouco falada nos média. De momento, a maior parte das atitudes governamentais tanto na América do Norte como na Europa visa a perpetuação da

situação, o que se traduz em apoio à classe capitalista. O «risco moral» que desencadeou os fracassos financeiros está a ser levado aos extremos nos *bail-outs* dos bancos. As verdadeiras práticas do neoliberalismo (em oposição à sua teoria utópica) sempre implicaram um apoio descarado ao capital financeiro e às elites capitalistas (invocando geralmente como motivo a necessidade de proteger a todo o custo as instituições financeiras e o dever por parte do Estado de criar um bom clima de negócios capaz de gerar lucros sólidos). Nada disto mudou. Estas práticas são justificadas pela afirmação dúbia de que uma «vaga crescente» de feitos capitalistas «erguerá todos os barcos» ou de que os benefícios do crescimento acumulado se distribuirão como que por magia (o que nunca acontece, excepto sob a forma de umas migalhas caídas da mesa dos ricos).

Na maior parte do mundo capitalista, tem-se vivido um espantoso período em que as políticas têm sido despolitizadas e «mercadorizadas». Só agora, quando os estados aparecem a viabilizar os financeiros, é que se torna claro para toda a gente que o Estado e o capital estão mais ligados do que nunca, tanto institucional como pessoalmente. Neste momento, quem vemos realmente a governar é a classe dominante, mais do que a classe política que actua como sua representante.

Então, como sairá da actual crise e com que rapidez a classe capitalista? Dizem-nos que a recuperação das bolsas desde Xangai e Tóquio a Frankfurt, Londres e Nova Iorque é um bom sinal, ainda que o desemprego continue a aumentar por toda a parte. Mas reparem no preconceito classista desta medida: exortam-nos a que nos regozijemos com a recuperação das bolsas que favorece os capitalistas porque precede sempre, segundo dizem, a recuperação na «economia real», onde se cria emprego para os trabalhadores e onde se ganham salários. Parece que já ninguém se lembra de que a última recuperação da bolsa nos Estados Unidos depois de 2002 foi uma «recuperação sem postos de trabalho». O público anglo-saxónico, em particular, parece sofrer gravemente de amnésia. Esquece e desculpa com demasiada facilidade as transgressões da classe capitalista e os desastres periódicos provocados pelas suas acções. Os média capitalistas gostam de promover essa amnésia.

Entretanto, os jovens tubarões financeiros apoderaram-se dos seus bónus dos anos anteriores, e juntaram-se para criar as suas instituições (*boutique investment banks*) em torno da Wall Street e da City londrina, examinando cuidadosamente os detritos dos gigantes financeiros de ontem para tasquinharem os pedaços suculentos e começarem novamente. Os bancos de investimento que se mantêm nos Estados Unidos (Goldman Sachs e J. P. Morgan), embora reincarnados como *holdings*, deixaram de ter de cumprir requisitos regulamentares (graças à Reserva Federal) e estão a gerar enormes lucros (e a pôr de lado para poderem pagar enormes bónus), especulando perigosamente com o dinheiro dos contribuintes nos mercados de derivados não regulamentados e ainda florescentes. A alavancagem que nos precipitou na crise já recomeçou em grande, como se nada se tivesse passado. Estão em marcha inovações financeiras, com novas maneiras de embalar e vender produtos fictícios, oferecidos a instituições, como os fundos de pensões, que procuram desesperadamente escoamentos para o capital excedentário. As ficções estão de volta!

Os consórcios estão a comprar propriedades arrestadas, à espera da viragem no mercado para vender por bom preço, ou a arrecadar terrenos valiosos para futuros empreendimentos imobiliários. Indivíduos abastados, empresas ou entidades apoiadas pelo Estado (como acontece na China) estão a comprar terrenos a grande velocidade, por toda a África e a América Latina, na expectativa de consolidarem o seu poder e de garantirem uma segurança futura. Ou será que se trata de outra fronteira especulativa que não tardará a acabar em lágrimas? Os bancos regulares estão a esconder dinheiro, grande parte retirado dos cofres públicos, também com a intenção de voltar a pagar bónus adequados a um estilo de vida anterior, enquanto um grande número de empresários se mantém por perto, à espera de tirar partido deste momento de destruição criativa apoiada por um manancial de dinheiros públicos.

Entretanto, o poder monetário detido por um pequeno número destrói todas as aparências de governação democrática. Os *lobbies* da indústria farmacêutica, dos seguros de saúde e dos hospitais, por exemplo, gastaram mais de 133 milhões de dólares nos primeiros três meses de 2009 a fim de garantirem a sua participação

na reforma dos cuidados de saúde nos Estados Unidos. Max Baucus, presidente da comissão financeira do Senado que concebeu a lei nessa matéria, recebeu 1,5 milhões de dólares por uma lei que entrega um enorme número de novos clientes a seguradoras sem quaisquer protecções contra uma exploração impiedosa e lucrativa (a Wall Street está deliciada). Não tardará a chegar outro ciclo eleitoral, legalmente corrompido por um imenso poder monetário. Nos Estados Unidos, os partidos da «K Street»<sup>1</sup> e da Wall Street serão devidamente reeleitos porquanto os trabalhadores americanos serão chamados a resolver a confusão que a classe dominante criou. Já estivemos em situações igualmente más, recordam-nos, e os trabalhadores americanos sempre arregaçaram as mangas, encolheram o estômago e salvaram o sistema dos misteriosos mecanismos de autodestruição que a classe dominante nega serem da sua responsabilidade. Afinal, a responsabilidade pessoal é sempre dos trabalhadores e não dos capitalistas.

Contudo, a classe capitalista terá de nos convencer de que o capitalismo não é só bom para eles mas para todos nós. Falará de 250 anos de crescimento contínuo (com momentos ocasionais de destruição criativa, como o que vivemos hoje) e dir-nos-á que não há motivo para tudo isto chegar ao fim. Afinal, as suas inovações intermináveis lançaram as bases de novas tecnologias maravilhosas, como a fita Velcro e os carrinhos de bebé da Maclaren, que podem beneficiar toda a humanidade, e ainda há muitos domínios por explorar, capazes de gerar as novas linhas de produtos e os novos mercados tão necessários à expansão contínua. As tecnologias «verdes» e os novos mercados de limitação e comércio de emissões (*cap and trade*) ajudarão a salvar o planeta Terra. O candidato ainda mais provável para a nova vaga de inovações é a engenharia biomédica e genética. Trata-se de um domínio ético (ainda que dúbio) que nos promete a vida eterna e formas de vida química e biologicamente apoiadas, havendo estados (se o modelo norte-americano emergente se desenvolver) que garantem enor-

<sup>1</sup> Nome por que é conhecida a actividade de *lobbying* nos Estados Unidos, porque a maior parte dos escritórios que se dedica a ela está instalada nessa avenida de Washington. (N. da T.)

mes lucros ao complexo industrial médico, farmacêutico e de cuidados de saúde. É esse campo que as fundações mais ricas, como a de Gates e a de Soros, mais assiduamente têm desenvolvido por intermédio das suas doações. Os direitos de propriedade intelectual e de patentes garantirão aos seus detentores uma rendibilidade que se prolongará no futuro (imagine-se o que acontecerá quando a própria vida for patenteada!)

A monopolização transfronteiriça crescente (tanto por parte dos estados como das empresas) tornará o sistema económico menos vulnerável à «concorrência ruínosa». O problema da procura solvível será mais bem controlado (espera-se) por mercados patrocinados pelo Estado, financiados por emissão de moeda, em domínios que não a defesa militar, o policiamento e a vigilância. Um melhor apoio público à prestação de serviços privados em domínios como a saúde, a habitação e a educação também pode ser convenientemente retratado como uma proliferação de direitos civis e democráticos para o grosso da população, ainda que encha os cofres das empresas privadas.

E, se houver dificuldades nesta matéria, porque não exportá-las (pôr a crise a circular geograficamente) na esperança de que a eventual reexportação possa de certa forma ser sustida? Ou isso ou transferir habilmente as tendências para a crise de uma barreira para outra. Como temos agora um problema de procura solvível, porque não resolvê-lo libertando tanto dinheiro que damos origem a um problema de inflação cinco anos mais tarde (convém que seja fora do ciclo eleitoral)? Como é evidente, para responder a uma crise de inflação, apoderamo-nos dos magros ganhos que os trabalhadores conquistaram durante os anos pródigos do financiamento do défice, enquanto deixamos os banqueiros e os financeiros a viver à grande. É como se os capitalistas estivessem colectivamente empenhados numa corrida de obstáculos, saltando barreiras sucessivamente com uma graciosidade e facilidade tais que criam a ilusão de que estão sempre na terra prometida da interminável acumulação de capital, ou quase a lá chegar. Se é esta a estratégia de saída, então é quase certo que voltaremos a ter confusão dentro de cinco anos. Na verdade, há indícios preocupantes de que a crise ainda está em curso. A Dubai World anuncia subitamente que

não pode pagar em Novembro de 2009, e as bolsas de todo o mundo pasmam até que Abu Dhabi, a cidade que nada em petróleo, se oferece para ajudar. Pouco depois, surgem incertezas quanto aos títulos da dívida pública da Grécia (tal como acontecera antes com a Letónia), e alguns analistas começam a preocupar-se com a possibilidade de o mesmo acontecer com a Irlanda, a Espanha e até o Reino Unido. Irá a União Europeia unir-se para apoiar os seus Estados-membros ou desintegrar-se-á sob a pressão financeira? Entretanto, a economia chinesa cresce ruidosamente a uma taxa de 8%, apoiada num imenso programa de investimento em infra-estruturas e na criação de uma nova capacidade produtiva sem atender ao que poderá acontecer à velha. Mas, como acontece sempre em surtos de crescimento deste tipo, é possível que a criação de uma capacidade produtiva excedentária, estimulada por um enorme surto especulativo de concessão de crédito pelos bancos chineses, sob as ordens do governo central, só se torne evidente mais tarde. Mas que outra coisa podem os Chineses fazer, perante reservas tão grandes de mão-de-obra excedentária e impaciente? Entretanto, a consequente energia do mercado interno chinês desencadeia uma procura solvível local que compensa, em certa medida, a perda dos mercados de exportação. A Índia também redescobre o crescimento, devido ao seu enorme mercado interno e à fraca dependência das exportações, excepto no domínio dos serviços que foram menos afectados pela crise do que outros sectores. Mas os benefícios distribuem-se de forma desigual. Segundo a revista *Forbes*, o número de multimilionários indianos aumentou de vinte e sete para cinquenta e dois no meio da crise de 2008. Tratar-se-á de mais outro caso de bens que regressam aos seus supostamente legítimos proprietários no meio de uma crise? É manifesto que o desenvolvimento geográfico desigual tanto da crise como da recuperação continua a processar-se rapidamente.

Quanto mais depressa sairmos da crise e quanto menos capital excedentário for destruído agora, menos espaço haverá para a ressurreição de um crescimento activo a longo prazo. Segundo o FMI, a perda de valores dos activos no momento da feitura deste livro (meados de 2009) ascende a 55 biliões de dólares no mínimo, o que equivale a quase um ano inteiro de produção global de bens

e serviços. Já regressámos aos valores de 1989 em matéria de produção global. Podemos vir a ter de encarar perdas de 400 biliões de dólares ou mais antes de a crise chegar ao fim. Na verdade, uma estimativa recente sugeriu que o Estado americano, só por si, podia vir a ter de garantir mais de 200 biliões em valores dos activos. A probabilidade de todos esses activos darem para o torto é mínima, mas só a ideia de que isso possa acontecer a muitos já nos faz pensar. Vejamos um exemplo concreto: a Fannie Mae e a Freddie Mac, actualmente controladas pelo governo americano, possuem ou garantem mais de 5 biliões de dólares em empréstimos à habitação, muitos dos quais em graves dificuldades (registaram-se perdas superiores a 150 mil milhões de dólares só no ano de 2008). Então, quais são as alternativas?

★ ★ ★

A possibilidade de se definir e alcançar racionalmente uma alternativa à (ir)racionalidade capitalista por intermédio da mobilização das paixões humanas na busca colectiva de uma vida melhor para todos é um velho sonho de muitas pessoas. Essas alternativas, historicamente chamadas socialismo ou comunismo, têm sido experimentadas em diversos momentos e locais. Na década de 1930, uma ou outra visão funcionaram como um farol de esperança, mas, recentemente, ambas perderam o seu brilho e foram rejeitadas, não apenas devido ao fracasso das experiências históricas de cumprimento das promessas pelo comunismo e à tendência dos regimes comunistas de ocultarem os seus erros por meio da repressão, como também devido aos seus pressupostos supostamente errados no que toca à natureza humana e à potencial perfectibilidade da personalidade e das instituições humanas.

Importa referir a diferença entre socialismo e comunismo. O socialismo pretende gerir e regular democraticamente o capitalismo a fim de apaziguar os seus excessos e de redistribuir os seus benefícios para o bem comum. Trata-se de disseminar a riqueza por intermédio de uma fiscalidade progressiva; ao mesmo tempo que as necessidades básicas (educação, saúde e até habitação) são satisfeitas pelo Estado fora do alcance das forças de mercado. Muitas das

conquistas fundamentais do socialismo distributivo do período posterior a 1945, tanto na Europa como fora dela, incorporaram-se tanto na sociedade que se tornaram imunes aos ataques neoliberais. Mesmo nos Estados Unidos, a segurança social e o Medicare são programas a tal ponto populares que as forças de direita os consideram quase impossíveis de erradicar. Na Grã-Bretanha, os partidários de Thatcher não conseguiram atingir o cerne do Serviço Nacional de Saúde, tendo-se ficado pelas margens. Na Escandinávia e na maior parte da Europa Ocidental, a prestação de serviços e apoios sociais parece constituir uma sólida fundação da ordem social.

No socialismo, a produção de excedentes costuma ser gerida quer através de intervenções activas no mercado quer através da nacionalização das chamadas «eminências» da economia (energia, transportes, siderurgia, até automóveis). A geografia da circulação do capital é controlada por intervenções estatais, ainda que o comércio internacional floresça tranquilamente por intermédio de acordos comerciais. Consolidam-se os direitos laborais tanto no local de trabalho como no mercado de trabalho. Estes elementos do socialismo têm vindo a reduzir-se gradualmente desde a década de 1980 em quase toda a parte. Com efeito, a revolução neoliberal conseguiu privatizar a produção dos excedentes. Libertou os produtores capitalistas de restrições (incluindo de ordem geográfica) e, ao fazê-lo, prejudicou o carácter redistributivo progressivo das funções do Estado, provocando uma rápida acentuação da desigualdade social.

O comunismo, por seu lado, procura substituir o capitalismo, criando um modo completamente diferente de produção e de distribuição de bens e serviços. Na história do comunismo actualmente existente, o controlo social sobre a produção, a troca e a distribuição significou controlo e planificação sistemática por parte do Estado. No entanto, não teve êxito, por razões que não serão discutidas aqui, e a sua conversão na China (e as adopções anteriores em sítios como Singapura) revelaram-se muito mais bem sucedidas no que toca ao crescimento do que o modelo neoliberal. As tentativas contemporâneas de ressuscitar a hipótese comunista abdicam do controlo estatal e procuram outras formas de organização social colectiva para substituir as forças de mercado

e a acumulação de capital como base para organizar a produção e a distribuição. No centro de uma nova forma de comunismo, estariam sistemas de coordenação horizontalmente ligados (em vez de hierarquicamente dirigidos) entre colectivos autonomamente organizados e geridos de produtores e consumidores. As tecnologias de comunicação contemporâneas tornam exequíveis tais sistemas. É possível encontrar em todo o mundo todos os tipos de experiências em pequena escala de construção destas formas económicas e políticas. Nisto, existe uma certa convergência entre as tradições marxista e anarquista que remonta à situação de ampla colaboração entre elas durante a década de 1860, na Europa, antes da sua cisão em campos opostos depois da Comuna de Paris, em 1871, e a querela entre Karl Marx e um dos radicais mais famosos da época, o anarquista Mikhail Bakunine, em 1872.

Embora nada seja certo, é possível que o ponto onde nos encontramos agora seja apenas o início de um longo período de grandes mudanças durante o qual gradualmente aflorará à superfície, numa ou noutra região do mundo, a questão de alternativas amplas e de grande alcance. Quanto mais tempo a incerteza e a miséria se prolongarem, mais se questionará a legitimidade da actual maneira de funcionar e mais se reforçará a exigência de construir algo diferente. É possível que se evidencie uma maior necessidade de reformas radicais em vez do recurso a pensos rápidos para remendar o sistema financeiro.

Se estamos a assistir neste momento ao regresso a um «momento keynesiano» reprimido, mas orientado para salvar as classes superiores, porque não redireccioná-lo para as classes trabalhadoras que eram o alvo original de Keynes (não por uma questão de necessidade política mas antes económica, convém recordar)? Ironicamente, quanto mais se adoptar uma viragem política desse tipo, maior será a probabilidade de a economia recuperar uma certa aparência de estabilidade temporária, pelo menos. Contudo, os capitalistas temem que qualquer movimento nessa direcção desencadeie um sentimento de reforço de poder e de estatuto nos pobres, insatisfeitos e expropriados, encorajando-os a avançar (como fizeram em finais da década de 1960). Se lhes dermos um pé, ficam-nos com a mão, dizem. Seja como for, isso exigirá que os



capitalistas estejam dispostos a abdicar de alguma da sua riqueza e poder individuais para salvar o capitalismo de si próprio. Ora, historicamente, eles sempre resistiram ferozmente a fazê-lo.

Contudo, o desenvolvimento desigual das práticas capitalistas a nível mundial produziu movimentos anticapitalistas por toda a parte. As economias «estatacêntricas» de grande parte do Leste da Ásia geram descontentamentos diferentes das lutas antineoliberais que agitam grande parte da América Latina, onde o movimento revolucionário bolivariano do poder popular mantém uma relação peculiar com os interesses da classe capitalista que ainda têm de ser verdadeiramente confrontados. As diferenças de tácticas e políticas de resposta à crise entre os estados que constituem a União Europeia acentuam-se ainda que esteja em curso uma segunda tentativa de criação de uma constituição europeia unificada. Também se encontram movimentos revolucionários e resolutamente anticapitalistas, embora nem todos progressistas, em muitas zonas marginais do capitalismo. Têm-se aberto espaços dentro dos quais pode florescer algo radicalmente diferente em termos de relações sociais dominantes, modos de vida, capacidades produtivas e concepções mentais do mundo. Isto aplica-se tanto aos Talibãs como ao governo comunista no Nepal, aos Zapatistas em Chiapas, aos movimentos nativos na Bolívia ou os movimentos maoístas na Índia rural, ainda que sejam mundos diferentes em termos de objectivos, estratégias e tácticas.

O problema central reside no facto de, no conjunto, não existir um movimento anticapitalista resolutivo e suficientemente unificado, capaz de enfrentar adequadamente a reprodução da classe capitalista e a perpetuação do seu poder no palco mundial. Tão-pouco existe uma maneira óbvia de atacar os bastiões de privilégios para as elites capitalistas ou de domar o seu desmesurado poder monetário e militar. Contudo, existe um vago sentimento de que, além de ser possível outro mundo (como começou a proclamar na década de 1990 o movimento de alternativa à globalização, ruidosamente após o que ficou conhecido como a batalha de Seattle em 1999, quando as reuniões da Organização Mundial de Comércio foram perturbadas pelas acções de rua), também pode ser possível outro comunismo, após o colapso do império soviético. Embora existam aber-

turas para uma ordem social alternativa, ninguém sabe realmente o que ela é ou onde se encontra. Mas não é por não existir uma força política capaz de articular semelhante programa, e muito menos de o levar a cabo, que devemos deixar de esboçar alternativas.

A famosa pergunta de Lenine «Que fazer?» não pode ser respondida, como é evidente, sem que tenhamos qualquer ideia de quem o poderá fazer e onde. Mas não é provável que surja um movimento anticapitalista global sem uma visão que o anime sobre o que deve ser feito e porquê. Existe um duplo bloqueio: a falta de uma visão alternativa impede a formação de um movimento de oposição, ao passo que a ausência de um tal movimento exclui a articulação de uma alternativa. Então, como superar este bloqueio? A relação entre a visão do que deve ser feito e porquê, e a formação de um movimento político para o concretizar terão de ser transformadas numa espiral. Se se pretende fazer alguma coisa, elas terão de se reforçar uma à outra. De outro modo, a oposição potencial imobilizar-se-á num círculo fechado que frustrará todas as perspectivas de uma mudança construtiva, deixando-nos vulneráveis às futuras crises perpétuas do capitalismo, com resultados cada vez mais letais.

★ ★ ★

O problema central a resolver é bastante claro. Não é possível um crescimento acumulado para sempre, e as perturbações que têm afectado o mundo nos últimos trinta anos mostram a iminência de um limite à acumulação contínua de capital, limite esse que não pode ser ultrapassado excepto por intermédio da criação de ficções que não podem durar. Há que somar a isto o facto de muitas populações viverem em condições de pobreza absoluta, de as degradações ambientais estarem a escapar ao controlo, de a dignidade humana estar a ser insultada em toda a parte porque os ricos acumulam cada vez mais riqueza, e de as alavancas do poder político, institucional, judicial, militar e da comunicação estarem sujeitas a um controlo político tão apertado, ainda que dogmático, que é incapaz de fazer muito mais além de perpetuar o *statu quo*.

Uma política revolucionária capaz de pegar pelos cornos o touro da interminável acumulação de capital e de lhe pôr definitivamente

cobro enquanto principal motor da história humana exige uma compreensão sofisticada do modo como ocorrem as mudanças sociais. É importante que se evitem os fracassos das anteriores tentativas de construir o socialismo e o comunismo e que se retirem lições da sua história imensamente complexa. Contudo, também se deve reconhecer a necessidade absoluta de um movimento revolucionário anticapitalista coerente, cujo objectivo fundamental terá de ser assumir o controlo social tanto sobre a produção como sobre a distribuição dos excedentes.

Vejamos novamente a teoria da coevolução apresentada no capítulo 5. Será que pode servir de base a uma teoria co-revolucionária? Um movimento político pode surgir em qualquer sítio (processos de trabalho, concepções mentais, relação com a natureza, relações sociais, concepção de tecnologias revolucionárias e formas organizacionais, vida quotidiana ou tentativas de reformar estruturas institucionais e administrativas, incluindo a reconfiguração dos poderes de Estado). O segredo está em manter o movimento político em circulação de uma esfera de actividade para outra, de maneiras que permitam o seu reforço mútuo. Foi assim que o capitalismo brotou do feudalismo, e é assim que algo radicalmente diferente (comunismo, socialismo ou seja o que for que lhe chamemos) deve brotar do capitalismo. As tentativas anteriores de criar uma alternativa comunista ou socialista não conseguiram manter a dialéctica entre as diferentes esferas de actividade, nem tão-pouco abarcar as imprevisibilidades e incertezas no movimento dialéctico entre as esferas. O capitalismo sobreviveu precisamente porque manteve esse movimento dialéctico e abarcou as inevitáveis tensões resultantes, incluindo as crises.

Imaginemos então um território cuja população desperta para a ideia de que a interminável acumulação de capital é impossível e indesejável e que, portanto, acredita colectivamente que, além de possível, é desejável um outro mundo. Como deverá essa colectividade encetar a sua busca para construir alternativas?

A mudança surge do estado de coisas e terá de aproveitar as possibilidades imanentes a essa situação. Como a situação existente varia enormemente desde o Nepal às regiões da Bolívia viradas para o Pacífico, às cidades do Michigan em processo de

desindustrialização, às cidades ainda florescentes de Bombaim e Xangai e aos centros financeiros afectados mas ainda não destruídos de Nova Iorque e de Londres, todos os tipos de experiências de mudança social em diferentes locais e em escalas geográficas diferentes são, além de verosímeis, potencialmente esclarecedores enquanto maneiras de tornar possível (ou não) outro mundo. Acresce que, em cada experiência, um ou outro aspecto da situação existente pode parecer crucial para um futuro político diferente. No entanto, a primeira regra para um movimento anticapitalista é nunca confiar na dinâmica que se desenvolve num determinado momento sem avaliar cuidadosamente o modo como se estão a adaptar e a reverberar as relações com todos os outros:

É do estado de relações entre as diferentes esferas que surgem possibilidades exequíveis. As intervenções políticas estratégicas no interior e entre as esferas podem orientar gradualmente a ordem social para uma via de desenvolvimento diferente. Como é isso que os líderes sábios e as instituições viradas para o futuro fazem sempre em situações locais, não há motivo para pensar que este tipo de actuação contenha algo de particularmente fantástico ou utópico.

Todavia, importa reconhecer claramente que desenvolvimento não é crescimento. É possível um desenvolvimento diferente nos domínios das relações sociais, da vida quotidiana e da relação com a natureza, por exemplo, sem que haja necessariamente uma retoma do crescimento ou um favorecimento do capital. É errado pensar que o crescimento é um requisito para a redução da pobreza e da desigualdade ou que políticas mais respeitadoras do ambiente são um luxo para os ricos, à semelhança dos alimentos biológicos.

Em segundo lugar, as transformações no interior de cada esfera exigirão uma compreensão profunda tanto da dinâmica interna das disposições institucionais, por exemplo, como da mudança tecnológica em relação a todas as outras esferas de acção. Terão de se forjar alianças entre as pessoas que trabalham no interior de cada esfera e em todas elas. Isto significa que o movimento anticapitalista terá de ser muito mais amplo do que os grupos que se mobilizam em torno das relações sociais ou das questões da vida quotidiana.

Terão de ser encaradas e ultrapassadas as hostilidades tradicionais entre, por exemplo, os detentores de conhecimentos técnicos, científicos e administrativos e os que animam os movimentos sociais no terreno.

Em terceiro lugar, também será necessário enfrentar as repercussões e retroacções (incluindo hostilidades políticas) provenientes de outros espaços na economia global. Os diferentes locais poderão desenvolver-se de maneiras diferentes devido à sua história, cultura, localização e condições político-económicas. Alguns progressos em determinados locais poderão ser positivos ou complementares, e outros nocivos ou até antagónicos. É inevitável uma certa competição interterritorial, embora nem toda seja prejudicial. Depende dos motivos: serão os indicadores de crescimento económico ou a qualidade da vida quotidiana? Berlim, por exemplo é uma cidade muito acolhedora embora todos os indicadores habituais de êxito económico, com um cunho capitalista, a retratem como uma cidade atrasada. Os valores dos terrenos e os preços das propriedades são lamentavelmente baixos, o que significa que as pessoas com menos recursos conseguem facilmente encontrar lugares decentes para viver. Os promotores imobiliários são miseráveis. Se ao menos Nova Iorque e Londres fossem parecidas com Berlim nesse aspecto!

Por último, terá de haver um acordo flexível quanto a objectivos comuns. Podem ser fixadas algumas normas gerais orientadoras, incluindo o respeito pela natureza, o igualitarismo radical nas relações sociais, disposições institucionais baseadas numa qualquer noção de interesses comuns, procedimentos administrativos democráticos (por oposição às imposturas existentes, dominadas por interesses económicos), processos de trabalho organizados pelos produtores directos, vida quotidiana enquanto exploração livre de novos tipos de relações sociais e de acordos de vida, concepções mentais centradas na auto-realização ao serviço dos outros, e inovações tecnológicas e organizacionais orientadas para a concretização do bem comum em vez de para o apoio ao poder militarizado e à ganância empresarial. Estes aspectos poderão ser pontos co-revolucionários em torno dos quais a acção social converge e gira. É evidente que é utópico! E depois? Não podemos dar-nos ao luxo de não o ser.

Suponhamos que a forma preferida de relações sociais é o igualitarismo radical, tanto entre indivíduos como entre grupos sociais que se autodefinem. O motivo desta hipótese decorre de séculos de luta política durante os quais o princípio da igualdade estimulou a acção política e os movimentos revolucionários, desde a Bastilha até à Praça de Tianamen. O igualitarismo radical também está na base de muita literatura, e a ideia parece transcender muitas diferenças geográficas e culturais. Nos Estados Unidos, as sondagens mostram um profundo apego ao princípio da igualdade enquanto base da vida política e alicerce da organização das relações sociais tanto entre indivíduos como entre grupos sociais. O alargamento dos direitos civis e políticos aos ex-escravos, às mulheres, aos homossexuais e aos deficientes pode ter levado duzentos anos a concretizar-se, mas as afirmações de progresso nestas frentes são inegáveis, tal como o é a procura constante da igualdade não apenas entre indivíduos mas também entre grupos sociais. Inversamente, é deste igualitarismo que provém a maneira de mobilizar politicamente (e muitas vezes de perverter) o desprezo pelas elites nos Estados Unidos.

Embora o princípio do igualitarismo radical possa parecer inatacável, surgem problemas quanto ao modo como se articula com outras esferas de acção. A definição de grupos sociais é sempre contestada, por exemplo. Ainda que o multiculturalismo possa acolher o ideal de igualdade entre a maior parte dos grupos sociais auto-identificados, a única divisão persistente que cria as maiores dificuldades é a da classe. E é-o porque a classe é a desigualdade fundacional necessária à reprodução do capitalismo. É por isso que o poder político existente reage negando a existência de classes ou afirmando que se trata de uma categoria tão confusa e complexa (como se a raça e o género não o fossem) que se torna analiticamente inútil. É assim que se foge, nega ou ignora a questão da classe, tanto nas construções intelectuais hegemónicas do mundo (por exemplo, no domínio da economia), como nas práticas políticas. A consciência de classe, ao contrário das subjectividades políticas atribuídas pela raça, o género, a nacionalidade, a religião, a preferência sexual, a idade, as escolhas de consumo e as preferências sociais, é o assunto menos discutido e mais activamente

negado, excepto quando é abordado como um vestígio pitoresco e antiquado de outras eras políticas e de outros locais (como a «velha» Europa).

É óbvio que as identidades de classe, tal como as identidades raciais, são múltiplas e sobrepostas. Trabalho como operário mas possui um fundo de pensão que investe na bolsa, e sou proprietário de uma casa na qual estou a fazer melhoramentos e que pretendo vender para obter lucro. Será que esta situação torna incoerente o conceito de classe? A classe é um papel, e não um rótulo que se coloca nas pessoas. Desempenhamos múltiplos papéis ao mesmo tempo, mas, lá porque a maioria de nós desempenha simultaneamente o papel de condutor e de peão, não afirmamos que é impossível planear uma cidade decente em torno da análise das relações entre condutores e peões. O papel do capitalista é utilizar o dinheiro para controlar a força de trabalho ou os bens alheios, e utilizar esse controlo para obter lucro, para acumular capital e, desse modo, para aumentar o controlo pessoal sobre a riqueza e o poder. A relação entre os papéis do capital e da força de trabalho tem de ser enfrentada e regulada mesmo no seio do capitalismo. Tornar essa relação verdadeiramente desnecessária, em vez de oculta e opaca, é um objectivo revolucionário. A concepção de uma sociedade sem acumulação de capital não difere, em princípio, da concepção de uma cidade sem automóveis. Porque não podemos todos trabalhar ao lado uns dos outros sem qualquer distinção de classe?

Por conseguinte, o modo como o igualitarismo radical se articula com outras esferas no processo coevolucionário complica as questões ao mesmo tempo que esclarece a maneira de funcionar do capitalismo. Quando a liberdade individual que promete é mediada pelas disposições institucionais da propriedade privada e do mercado, como acontece na teoria e na prática liberais, surgem enormes desigualdades. Como Marx disse há muito tempo, a teoria liberal dos direitos individuais surgida com John Locke, um autor do século XVII, serve de esteio ao aparecimento de desigualdades entre a classe emergente de proprietários e outra classe composta pelos indivíduos que tinham de vender a sua força de trabalho para viver. Na teoria neoliberal do filósofo/economista austríaco Friedrich Hayek, elaborada na década de 1940, esta conexão é

reforçada: em seu entender, a única maneira de proteger o igualitarismo radical e os direitos individuais perante a violência do Estado (ou seja, o fascismo e o comunismo) é instalar direitos invioláveis de propriedade privada no coração da ordem social. Esta perspectiva profundamente estabelecida terá de ser encarada se se pretende enfrentar eficazmente a acumulação de capital e a reprodução do poder de classe. Por conseguinte, será necessário, no campo das disposições institucionais, uma concepção totalmente nova de propriedade (comum e não privada) para que o igualitarismo radical funcione de uma forma radicalmente igualitária. Logo, a luta em torno das disposições institucionais terá de ocupar o lugar central das preocupações políticas.

Isto porque o igualitarismo radical que o capitalismo adopta no mercado se desagrega quando penetramos naquilo a que Marx chamava a «face oculta» da produção. Desaparece nos estaleiros de construção, nas minas, nos campos e nas fábricas, nos escritórios e nas lojas. Portanto, o movimento autonomista tem toda a razão quando insiste em que a concretização do igualitarismo radical no interior do processo de trabalho é crucial para a construção de qualquer alternativa anticapitalista. Os sistemas de auto-gestão e de exploração por conta própria encaixam aqui, sobretudo quando se entretencem democraticamente com as outras esferas. O mesmo se aplica quando tentamos ligar os princípios do igualitarismo radical à vida quotidiana. Quando é mediado pela propriedade privada e pelas disposições do mercado, o igualitarismo radical dá origem aos sem-abrigo, entre os pobres, e às mansões protegidas, entre os ricos. Ora, não é isso que o igualitarismo radical devia ser na vida quotidiana.

Uma crítica dos processos de trabalho e da vida quotidiana mostra como o nobre princípio do igualitarismo radical se empobrece e degrada por efeito das disposições institucionais próprias do capitalismo. Esta descoberta não deve surpreender-nos. A propriedade privada e um Estado dedicado à preservação e protecção dessa forma institucional são pilares cruciais para a manutenção do capitalismo, mesmo quando a sobrevivência deste depende de um igualitarismo radical empresarial. A Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas não nos protege de resultados

desiguais, transformando a distinção entre direitos civis e políticos, por um lado, e direitos económicos, por outro, num campo minado de reivindicações contestadas. «Entre direitos iguais, é a força que decide», afirmou Karl Marx. Queiramos ou não, a luta de classes torna-se central para as políticas de igualitarismo radical.

Urge descobrir maneiras de romper onexo entre o igualitarismo radical e a propriedade privada, e construir pontes com instituições, baseadas, por exemplo, no desenvolvimento dos direitos de propriedade comum e de governação democrática. O enfoque deve deslocar-se do igualitarismo radical para a esfera institucional. Um dos objectivos do movimento do direito à cidade, por exemplo, é criar um novo património urbano comum para substituir as privatizações e exclusões excessivas (associadas quer à propriedade de Estado quer à propriedade privada), que geralmente expulsam de grande parte da cidade a maioria das pessoas.

Do mesmo modo, a ligação entre o igualitarismo radical, por um lado, e a organização da produção e funcionamento dos processos de trabalho, por outro, deve ser repensada segundo as linhas preconizadas pelos colectivos de trabalhadores, pelas organizações autonomistas, pelas cooperativas e por muitas outras formas colectivas de prestação de serviços e apoios sociais. A luta pelo igualitarismo radical também exige uma reconceptualização da relação com a natureza, a fim de que esta deixe de ser encarada como «um enorme posto de abastecimento de gasolina», como lamentava o filósofo alemão Martin Heidegger na década de 1950, e passe a ser vista como um manancial de formas de vida a preservar, a alimentar, a respeitar e a valorizar intrinsecamente. A nossa relação com a natureza não deve ser guiada pela intenção de a transformar numa mercadoria como qualquer outra (por intermédio de mercados de futuros de matérias-primas, minério, água, créditos de poluição, etc., nem pela maximização das rendas e dos valores da terra e dos recursos), mas sim pelo reconhecimento de que a natureza é um importante património em relação ao qual todos temos um direito igual, mas também uma enorme responsabilidade, também ela igual.

Contudo, o que hoje nos parece uma promessa no ar assumirá um significado completamente diferente quando as nossas con-

cepções mentais e as nossas disposições institucionais e administrativas se abrirem a possibilidades políticas transformadoras. Então, como poderão as alterações nas concepções mentais mudar o mundo?

★ ★ ★

Quando Sua Majestade a Rainha Isabel II visitou a London School of Economics em Novembro de 2008, perguntou como é que nenhum economista tinha pressentido a crise financeira iminente. Seis meses depois, os economistas, reunidos na Academia Britânica, enviaram-lhe uma carta em que, de certo modo, se desculpavam. Concluía, afirmando que «a incapacidade de prever o momento, a extensão e a gravidade da crise, e de a impedir, embora tenha tido muitas causas, decorreu sobretudo de uma falha da imaginação colectiva de muitos indivíduos brilhantes, tanto a nível nacional como internacional, que não foram capazes de compreender os riscos do sistema no seu conjunto.» É difícil «recordar um maior exemplo de confusão entre os desejos e as realidades, associada a um orgulho desmedido», comentaram a propósito dos financeiros, mas admitiram que todos, incluindo provavelmente eles próprios, se tinham deixado apanhar pelo «mecanismo psicológico da denegação». Do outro lado do Atlântico, Robert Samuelson, colunista do *The Washington Post*, escreveu algo na mesma linha: «Ora aqui temos a crise económica e financeira mais espectacular das últimas décadas [...] e o grupo que passa a maior parte do tempo a analisar a economia praticamente não deu por ela.» Contudo, os cerca de 13 000 economistas do país pareciam singularmente pouco interessados numa «rigorosa autocritica que explicasse os seus lapsos». Samuelson concluía que os teóricos da economia estavam demasiado interessados em formas sofisticadas de modelação matemática para se darem ao trabalho de se preocuparem com as confusões da história e que essa confusão os apanhara desprevenidos. Paul Krugman, prémio Nobel de Economia e colunista do *The New York Times* concordou (mais ou menos!). «A classe dos economistas perdeu o norte», escreveu, «porque os seus membros, enquanto grupo, confundiram a beleza, trajada numa matemática de aspecto

impressionante, com a verdade.» O economista britânico Thomas Palley, numa carta aberta à rainha, foi ainda menos generoso: os economistas tornaram-se «cada vez mais arrogantes, limitados e fechados», e mostraram-se completamente incapazes de «enfrentar o seu falhanço sociológico que produziu um imenso falhanço intelectual com pesados custos para a sociedade».

Não refiro estes exemplos para responsabilizar os economistas. Em primeiro lugar, nem todos falharam. Larry Summers, actual presidente do Conselho Económico Nacional da Casa Branca, numa análise eloquente das repercussões no comportamento financeiro do apoio do governo às instituições financeiras na sequência da derrocada da bolsa em 1987, distinguiu com clareza para onde poderia levar a questão do risco moral, mas concluiu que teria sido muito pior se o governo não o tivesse feito. O problema político não está em evitar mas sim em reduzir o risco moral. Infelizmente, enquanto foi Secretário do Tesouro em finais da década de 1990, esqueceu a sua própria análise e promoveu exactamente o tipo de risco moral sem restrições que anteriormente afirmara poder causar estragos na economia (um exemplo claro de denegação). Em 2004, Paul Volcker, ex-presidente da Reserva Federal, previu uma derrocada financeira no espaço de cinco anos, mas a maioria alinhou com Ben Bernanke, antes de se tornar presidente da Reserva Federal, quando afirmou em 2004 que as «melhorias na política monetária» haviam reduzido «a amplitude da incerteza financeira com que se confrontavam as famílias e as empresas», tornando as recessões «menos frequentes e menos graves». Essa também era a perspectiva do Partido da Wall Street (e que partido!). Mas vão lá dizer isso aos Indonésios e aos Argentinos! Esperemos ardentemente que o prognóstico de Bernanke em Agosto de 2009 de que o pior da crise já teria passado se revele mais fidedigno.

As ideias têm consequências e as falsas ideias podem ter consequências devastadoras. Os fracassos das políticas baseadas em ideias económicas erradas desempenharam um papel crucial tanto na preparação da derrocada da década de 1930 como na aparente incapacidade de encontrar uma saída para ela. Embora não haja nenhuma perspectiva universal entre historiadores e economistas

quanto às políticas que falharam, existe um acordo quanto à necessidade de alteração profunda da estrutura de conhecimento que permitiu compreender a crise. Esta tarefa foi levada a cabo por Keynes e pelos seus colegas. Mas, em meados da década de 1970, tornou-se claro que os instrumentos keynesianos já não funcionavam, pelo menos no modo como estavam a ser aplicados, e foi nesse contexto que o monetarismo, a teoria do lado da oferta e a modelação matemática (linda!) dos comportamentos microeconómicos suplantaram o pensamento macroeconómico keynesiano. A moldura teórica monetarista e neoliberal, mais estreita, que dominou a partir de 1980 está a ser posta em questão neste momento.

Necessitamos de novas concepções mentais para compreender o mundo. Como poderão ser e quem as elaborará, dado o mal-estar tanto sociológico como intelectual que paira sobre a produção de conhecimento em geral? As concepções mentais profundamente arreigadas, associadas às teorias neoliberais e à neoliberalização e transformação das universidades em empresas, têm desempenhado um papel mais do que trivial na produção da presente crise. Por exemplo, a questão do que fazer em relação ao sistema financeiro, ao sector bancário, ao nexos entre o Estado e as finanças e ao poder dos direitos de propriedade privada não pode ser abordada sem se sair do quadro do pensamento convencional. Para que tal aconteça, é necessária uma revolução no pensamento, em lugares tão diversos como as universidades, os média e o governo, bem como no interior das próprias instituições financeiras.

Karl Marx, embora nada inclinado a adoptar o idealismo filosófico, também defendia que as ideias são uma força material em História. Ao fim e ao cabo, as concepções mentais constituem uma das sete esferas na sua teoria geral da mudança co-revolucionária. Por conseguinte, os desenvolvimentos autónomos e os conflitos internos sobre que concepções mentais se tornarão hegemónicas têm um importante papel histórico a desempenhar. Foi por essa razão que Marx escreveu o *Manifesto do Partido Comunista*, juntamente com Engels, *O Capital* e muitas outras obras. Esses trabalhos fornecem uma crítica sistemática, ainda que incompleta, do capitalismo e das suas tendências para a crise. Mas, como Marx também insistiu, o mundo só muda verdadeiramente quando essas ideias

críticas se integram nos domínios das disposições institucionais, das formas organizacionais, dos sistemas de produção, das relações sociais, das tecnologias e das relações com a natureza.

Como o objectivo de Marx era mudar o mundo e não apenas compreendê-lo, as ideias tinham de ser formuladas com um certo intuito revolucionário, o que significava um conflito com os modos de pensamento mais familiares e úteis à classe dominante. O facto de as ideias de Marx terem sido alvo, sobretudo nos últimos anos, de repetidas repressões e exclusões (já para não falar das múltiplas expurgações e adulteramentos) sugere que ainda podem ser perigosas e intoleráveis para as classes dominantes. Embora tenha confessado repetidas vezes que nunca leu Marx, Keynes esteve rodeado e foi influenciado, na década de 1930, por muitas pessoas, como a sua colega economista Joan Robinson, que o tinham lido. Muitos deles, ainda que tenham vociferado contra os conceitos básicos de Marx e contra o seu raciocínio dialéctico, estavam bem conscientes de algumas das suas conclusões mais prescientes e foram profundamente influenciados por elas. Em meu entender, é justo dizer que a teoria keynesiana não teria operado uma revolução sem a presença subversiva de um Marx a espreitar dos bastidores.

O problema dos dias de hoje reside no facto de a maioria das pessoas não fazer a mínima ideia de quem era Keynes e do que defendia, enquanto os conhecimentos sobre Marx são quase inexistentes. A repressão das correntes críticas e radicais de pensamento — ou, para ser mais exacto, o confinamento do radicalismo às fronteiras do multiculturalismo e da opção cultural — cria uma lamentável situação dentro da academia e fora dela, que em princípio não difere muito de ter de pedir aos banqueiros que criaram a confusão para a resolverem exactamente com os mesmos instrumentos com que a produziram. A ampla adesão às ideias pós-modernas e pós-estruturalistas que celebram o particular a expensas da perspectiva global não ajuda. Sem dúvida que o local e o particular são vitais e que as teorias que não conseguem abarcar, por exemplo, a diferença geográfica não servem para nada (como me tenho esforçado por sublinhar). Mas quando o facto é utilizado para excluir tudo o que não sejam políticas provincianas, a traição dos intelectuais e a abolição do seu papel tradicional completam-se. Estou

certo de que Sua Majestade a rainha gostaria de saber que se está a fazer um esforço para enquadrar a perspectiva global numa espécie de grande moldura para que todos a possam ver.

Contudo, a actual safra de académicos, intelectuais e especialistas em ciências sociais e humanas está muito mal equipada para levar a cabo uma tarefa colectiva desse tipo. São poucos os que se mostram predispostos a essa reflexão autocrítica que Robert Samuelson lhes propôs. As universidades continuam a promover os mesmos cursos inúteis sobre economia neoclássica ou teoria da escolha racional como se nada tivesse acontecido, e as gabadas escolas de gestão limitam-se a acrescentar um curso ou dois sobre ética empresarial ou sobre como fazer dinheiro à custa de falências alheias. Ao fim e ao cabo, a crise surgiu da ganância humana, e nada se pode fazer quanto a isso!

A actual estrutura de conhecimento é tão claramente disfuncional como ilegítima. Resta-nos a esperança de que uma nova geração de estudantes perspicazes (na acepção ampla de pessoas que procuram conhecer o mundo) se aperceba da situação e insista em alterá-la. Foi o que aconteceu na década de 1960. Em diversos momentos críticos da história, houve movimentos de inspiração estudantil que, tendo reconhecido o desfazamento entre o que se estava a passar no mundo e o que lhes estavam a ensinar e a impor através dos média, estavam preparados para fazer qualquer coisa. Há sinais de um movimento deste tipo, desde Teerão a Atenas e em muitas universidades europeias. Na China, o modo como actuará uma nova geração de estudantes decerto que suscitará grandes preocupações nos corredores do poder político em Pequim.

Um movimento revolucionário jovem e liderado por estudantes, com todas as suas incertezas e problemas, é uma condição necessária mas não suficiente para suscitar essa revolução nas concepções mentais que nos pode levar a uma solução mais racional para os actuais problemas do crescimento interminável. Eis a primeira lição que terá de aprender: um capitalismo ético, não explorador e socialmente justo, que beneficie todos, é impossível, pois contradiz a própria natureza do capital.

O que aconteceria se de uma ampla aliança de insatisfeitos, desencantados, pobres e expropriados brotasse um movimento anti-capitalista? A imagem de todas essas pessoas a erguerem-se em toda a parte, a exigirem e a conquistarem o seu lugar na vida económica, social e política é realmente exaltante. Também nos ajuda a centrarmo-nos na questão do que poderão exigir e do que tem de ser feito.

Os insatisfeitos e os desencantados são todos aqueles que, por qualquer razão, consideram que a actual via do desenvolvimento capitalista irá desembocar num beco sem saída ou mesmo numa catástrofe para a humanidade. Os motivos que os levam a pensar assim são tão variados como individualmente persuasivos. Um grande número de pessoas, incluindo muitos cientistas, considera insuperáveis as restrições ambientais iminentes. Para eles, o objectivo a longo prazo terá de ser uma economia de Estado global e uma população global estáveis. Terá de se construir uma nova economia política da natureza, o que significa reconfigurações radicais na vida quotidiana, na urbanização e nas relações sociais dominantes, nos sistemas de produção e nas disposições institucionais. Isso exigirá grande sensibilidade às diferenças geográficas. Terão de se produzir novos ambientes e novas geografias que substituam os antigos. A trajectória do desenvolvimento tecnológico também terá de mudar, afastando-se do gigantesco e do militarista para se aproximar do «pequeno é bonito» e do «menos é mais». Tudo isto se oporá profundamente ao crescimento capitalista acumulado.

Outros, alimentando objecções políticas ou morais à pobreza maciça e às crescentes desigualdades, poderão forjar alianças com os que se opõem à deriva autoritária, antidemocrática, saturada pelo dinheiro e carcerária das políticas de Estado capitalistas em quase toda a parte. Existe, além disso, um imenso trabalho a fazer no domínio das relações sociais, para nos livrarmos das discriminações raciais, sexuais e de género, e da violência contra as pessoas cujos estilos de vida, valores culturais, crenças e hábitos diários são diferentes dos nossos. Mas é difícil lidar com estas formas de violência sem lidar com as desigualdades sociais que surgem na vida quotidiana, nos mercados de trabalho e nos processos de trabalho.

As desigualdades de classe sobre as quais assenta a acumulação de capital são muitas vezes definidas por identidades raciais, de género, de nacionalidade, de religião e afiliações geográficas.

Muitos trabalhadores intelectuais e culturais desencantados também protestam contra o enorme peso das relações de poder nos média e nas instituições de ensino e de produção cultural, que desvalorizam as linguagens do discurso civil, que convertem o conhecimento em propaganda incessante, a política em grandes mentiras, os discursos em alegações especiais e em veículos para espalhar o preconceito e o ódio, e as instituições sociais que deviam proteger as pessoas em esquadros para a corrupção. Estas condições não podem mudar sem que os intelectuais comecem por pôr ordem na sua própria casa. A grande traição dos intelectuais que se tornaram tão cúmplices das políticas neoliberais a partir da década de 1980 terá de ser invertida primeiro, antes de se poderem construir alianças significativas com os pobres e expropriados.

Equipada com uma teoria das políticas co-revolucionárias, a ala intelectual dos desencantados e insatisfeitos está numa posição crucial para aprofundar o debate em curso sobre como mudar o rumo do desenvolvimento humano. Pode esboçar um quadro amplo dos contextos em que devem ocorrer os como e os porquês da mudança política revolucionária. A partir desta perspectiva, poder-se-á articular melhor a ênfase no modo como devem ser compreendidos tanto a dinâmica do capitalismo como os problemas sistémicos decorrentes do crescimento acumulado. Desvendar o enigma do capitalismo, tornando transparente o que o poder político sempre quis manter opaco, é crucial para qualquer estratégia revolucionária.

Porém, para que isto seja politicamente significativo, os desencantados e os insatisfeitos devem juntar-se àqueles cujas condições de trabalho e de vida são mais directamente afectadas pela sua inserção no processo de circulação e de acumulação de capital, àqueles que se vêem, por isso, privados de controlo não só sobre o seu trabalho mas sobre as relações materiais, culturais e naturais da sua própria existência.

Não compete aos desencantados e insatisfeitos dizer aos pobres e expropriados o que devem ou não devem fazer. Mas nós, os



desencantados e insatisfeitos, podemos e devemos identificar as raízes dos problemas com que todos nos confrontamos. Foram muitas as vezes que movimentos políticos construíram espaços alternativos nos quais parecia acontecer algo diferente, tendo descoberto depois que a sua alternativa não tardava a ser reabsorvida pelas práticas dominantes da reprodução capitalista (vejamos a história das cooperativas de trabalhadores, dos orçamentos participativos, etc.). Torna-se então evidente que são as práticas dominantes que devem ser abordadas. É no modo como funcionam essas práticas dominantes que se deve centrar a teorização radical.

Entre os pobres e expropriados, existem duas grandes alas. A primeira é a dos que são espoliados dos frutos das suas capacidades criativas num processo de trabalho sob o controlo do capital ou de um estado capitalista. A segunda é a dos que são privados dos seus bens, do acesso aos meios de vida, da sua história, cultura e formas de sociabilidade a fim de libertarem espaço (numa acepção por vezes bastante literal) para a acumulação de capital.

A primeira categoria evoca a figura marxista dos proletários que lutam para se libertarem das suas grilhetas, estabelecendo-se como vanguarda no esforço de criação do socialismo ou do comunismo. Os que interessavam realmente eram os trabalhadores nas fábricas e nas minas do capitalismo industrial. E eram-no porque as suas condições de exploração se evidenciavam de forma espectacular tanto perante eles próprios como perante quem entrasse pelos portões das fábricas ou descesse às minas. Além disso, a sua concentração em espaços comuns facilitava o aparecimento da consciência de classe e a organização da acção colectiva. Dispunham igualmente do poder colectivo de travar o capitalismo, negando-lhe o trabalho.

Esta fixação na força de trabalho fabril como *locus* da «verdadeira» consciência de classe e da luta de classes revolucionária sempre foi muito limitada, se não mesmo pouco judiciosa (a esquerda também se engana!). As pessoas que trabalham nas florestas e nos campos, nos «sectores informais» do trabalho precário, nos *ateliers* clandestinos, nos serviços domésticos ou no sector de serviços em geral, e o vasto exército de operários empregados na produção de espaços e na construção ou nas trincheiras (muitas

vezes na verdadeira acepção da palavra) da urbanização não podem ser tratadas como actores secundários. Laboram em condições diferentes, muitas vezes com salários baixos, em trabalhos temporários e inseguros no caso da construção e da urbanização. A sua mobilidade, dispersão espacial e condições individualizadas de emprego podem dificultar a construção de solidariedades de classe ou o estabelecimento de formas colectivas de organização. Mais do que por uma organização persistente, a sua presença política é geralmente assinalada por motins espontâneos e por levantamentos voluntaristas, como os que ocorreram recentemente nas *banlieues* de Paris ou como as dos *piqueteros* (manifestantes) que surgiram na Argentina depois do colapso financeiro do país, em 2001. Mas têm plena consciência das suas condições de exploração, sentem-se profundamente marginalizados pela sua existência precária e opõem-se ao policiamento muitas vezes brutal da sua vida quotidiana por parte do poder de Estado.

Actualmente chamados muitas vezes «precariado» (para sublinhar o carácter flutuante e instável do seu emprego e estilos de vida), esses trabalhadores sempre representaram um grande segmento da mão-de-obra total. No mundo capitalista avançado, tornaram-se ainda mais proeminentes nos últimos trinta anos devido às relações de trabalho em mudança impostas pela reestruturação empresarial neoliberal e pela desindustrialização.

É errado ignorar as lutas de todos estes trabalhadores. Muitos dos movimentos revolucionários na história do capitalismo foram amplamente urbanos e não estritamente baseados em fábricas (as revoluções de 1848 por toda a Europa, a Comuna de Paris de 1871, Leninegrado em 1917, a greve geral de Seattle em 1918, o levantamento de Tucuman em 1969, bem como Paris, a cidade do México e Banguécoque em 1968, a Comuna de Xangai de 1967, Praga em 1989, Buenos Aires em 2001-02, etc.) Mesmo quando havia movimentos importantes nas fábricas (a greve em Flint, no Michigan, na década de 1930, ou os Conselhos Operários de Turim na década de 1920), o apoio organizado nos bairros desempenhou um papel crucial na acção política mas regra geral pouco falado (os grupos de apoio compostos por mulheres e desempregados em Flint e as «casas do povo» comunais em Turim).

A esquerda convencional não tem razão em ignorar os movimentos sociais que ocorrem fora das fábricas e das minas. A consciência de classe forja-se e articula-se tanto nas fábricas como nas ruas, nos bares, nos *pubs*, nas cozinhas, nas igrejas, nos centros comunitários e nos quintais dos bairros operários. É interessante que os primeiros dois decretos da Comuna de Paris em 1871 tenham sido sobre a suspensão do trabalho nocturno nas padarias (uma questão laboral) e uma moratória sobre o pagamento das rendas (uma questão sobre a vida quotidiana na cidade). A cidade é um *locus* de movimentos de classe tal como a fábrica e, se queremos construir uma grande aliança para a mudança revolucionária, temos de lançar os nossos olhos pelo menos para este nível e escala de organização e de prática políticas, aliados à vasta gama de movimentos rurais e camponeses.

Isto leva-nos à segunda grande categoria dos expropriados, com uma composição e características de classe muito mais complexas. Trata-se de uma categoria formada por aquilo a que chamo «acumulação por expropriação». Costuma implicar uma variedade aparentemente infinita de formas em diferentes locais e momentos. A lista dos pobres e dos expropriados é imponente e comprida. Inclui todos as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas do acesso aos seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (isto é, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais ou imperialistas, e integradas à força no mercado (por oposição à troca de produtos ou a outras formas de intercâmbio costumeiro) por intermédio de uma monetização e tributação impostas. A transformação do usufruto comum da terra em direitos de propriedade privada completa o processo. A própria terra passa a ser uma mercadoria. Estas formas de expropriação, ainda existentes mas mais fortemente presentes nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista, possuem muitos equivalentes modernos. Os capitalistas criam espaços para um novo desenvolvimento urbano, por exemplo, expropriando as populações de baixos rendimentos dos espaços de grande valor, ao mínimo custo possível. Em locais onde os direitos de propriedade privada não são garantidos, como na China ou nos bairros clandestinos da Ásia e da América Latina, o processo inicia-se com expulsões violentas das populações

pobres pelas autoridades, com indemnizações modestas ou por vezes sem elas. Em países onde os direitos de propriedade privada estão firmemente estabelecidos, o Estado pode orquestrar uma expropriação legal a favor do capital privado. As pressões financeiras (isto é, aumento de taxas e rendas) pesam sobre as populações vulneráveis, por meios legais e ilegais. Às vezes, chega a parecer que existe um plano sistemático para expulsar da face da Terra as populações de baixos rendimentos e indesejadas.

Contudo, o sistema de crédito tornou-se agora a maior alavanca moderna para o capital financeiro extrair riqueza do resto da população. Na prossecução de tácticas de expropriação que beneficiam os indivíduos que já são abastados e poderosos, podem utilizar-se todas as práticas, tanto predatórias como legais (taxas de juro usurárias nos cartões de crédito, execução de hipotecas sobre empresas negando-lhes a liquidez em momentos-chave, etc.). A vaga de financeirização que ocorre desde meados da década de 1970 tem sido espectacular no que toca ao seu estilo predatório. Promoções de acções e manipulações de mercado, sistemas de Ponzi e fraudes empresariais, desmembramento de activos por meio de fusões e aquisições, promoção de níveis de endividamento que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a uma situação de servidão, expropriação de activos (a razia nos fundos de pensões e a sua destruição por intermédio de derrocadas das bolsas e de empresas) são características centrais do capitalismo contemporâneo.

Também surgiram mecanismos totalmente novos de acumulação por expropriação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da Organização Mundial de Comércio (o chamado acordo TRIPS) aponta para maneiras de patentear e licenciar materiais genéticos, plasmás seminais e muitos outros produtos que podem ser usados contra populações cujas práticas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria é implacável, e a pilhagem das reservas genéticas do mundo está em curso, para benefício das empresas de indústria farmacêutica. A transformação das culturas, histórias e criatividade intelectual em mercadorias para vender implica a expropriação da criatividade humana, tanto do passado como do

presente. É sabido que a música *pop* vive da apropriação e exploração da cultura e criatividade populares. As perdas monetárias dos criadores não são, infelizmente, o fim da história, pois as perturbações das redes sociais e a destruição das solidariedades sociais podem ser igualmente graves. A perda de relações sociais não pode ser recompensada por um pagamento em dinheiro.

Temos de referir, por último, o papel das crises. Afinal, uma crise não é senão uma fase maciça de expropriação de bens (tanto culturais como tangíveis). Como é evidente, tanto os ricos como os pobres sofrem, como é o caso das execuções das hipotecas sobre as habitações e as perdas decorrentes dos investimentos no louco sistema de Ponzi, utilizado por Bernie Madoff. Mas é assim que a riqueza e o poder são redistribuídos no interior das classes e entre elas. Os activos desvalorizados que sobram das falências e das derrocadas podem ser comprados a preço de saldo pelos indivíduos beneficiados pela liquidez e lucrativamente reciclados e repostos em circulação. Por conseguinte, o capital excedentário descobre um terreno novo e fértil para uma acumulação renovada.

É por isso que as crises podem ser orquestradas, geridas e controladas a fim de racionalizarem o sistema irracional que é o capitalismo. É para isso que servem muitas vezes os programas de austeridade administrados pelo Estado, que utilizam as importantes alavancas das taxas de juro e do sistema de crédito. As crises limitadas podem ser impostas a um sector ou território por uma força externa. É isso que o Fundo Monetário Internacional sabe fazer tão bem. O resultado é uma criação periódica de uma reserva de bens desvalorizados e, em muitos casos, subvalorizados num sítio do mundo, que pode ser usada de forma lucrativa por quem detenha excedentes de capital sem oportunidades noutros sítios. Foi o que aconteceu no Leste e Sudeste da Ásia em 1997-98, na Rússia em 1998 e na Argentina em 2001-02. E foi isto que se descontrolou em 2008-09.

A provocação deliberada de crises por políticas estatais e acções empresariais colectivas é um jogo perigoso. Embora não haja provas de conspirações activas para criar tais crises, há muitos macroeconomistas influentes da Escola de Chicago e muitos decisores políticos por todo o mundo, bem como todo o tipo de empresários

oportunistas, que acreditam na necessidade ocasional de um bom surto de destruição criativa, para a sobrevivência do capitalismo e a reforma da classe capitalista. Em seu entender, as tentativas dos governos de evitar as crises com pacotes de estímulos e medidas semelhantes são profundamente erradas. Mais vale deixar actuar um processo de «ajustamento estrutural» liderado pelo mercado (geralmente do tipo dos preconizados pelo FMI). Essas terapêuticas são necessárias para preservar a saúde económica do capitalismo. Quanto mais este se aproxima das portas da morte, mais dolorosa é a cura. Como é evidente, o segredo está em não deixar morrer o doente.

★ ★ ★

A unificação política das diversas lutas no interior do movimento laboral e entre as pessoas cujos bens culturais e político-económicos foram expropriados parece ser crucial para qualquer movimento mudar o rumo da história humana. O sonho seria uma grandiosa aliança dos pobres e expropriados de todo o mundo, com a finalidade de controlar a organização, a produção e a distribuição dos excedentes a fim de beneficiar todos de forma duradoura.

Nesta ideia, existem duas dificuldades prévias que terão de ser enfrentadas. Muitas expropriações têm pouco a ver, directamente, com a acumulação de capital. Não conduzem necessariamente a políticas anticapitalistas. As limpezas étnicas na ex-Jugoslávia, as limpezas religiosas durante o estado de emergência na Irlanda do Norte ou durante os motins antimuçulmanos em Bombaim em princípios de 1990 e a expropriação pelos Israelitas das terras palestínianas e dos direitos relativos à água são exemplos destas situações. A ocupação maciça de bairros urbanos por imigrantes, lésbicas ou homossexuais ou por pessoas de diferentes raças costumam afastar os moradores mais velhos que lutam contra as expropriações que podem surgir. Embora as forças de mercado e os valores das propriedades possam desempenhar um papel instrumental ou auxiliar, as lutas políticas que se seguem dizem respeito a quem gosta ou não gosta de quem e a quem tem o direito de viver num determinado sítio no nosso planeta cada vez mais sobrelotado. As questões de segurança, de medo dos outros, de

preferências sociais e de preconceitos desempenham o seu papel nos conflitos fluidos entre grupos sociais pelo controlo do espaço e pelo acesso a bens valorizados. Os grupos sociais e os indivíduos estabelecem um sentimento de propriedade e de pertença a um determinado espaço. O corolário é um medo generalizado de expropriação.

Nem todos os movimentos insurreccionais contra a expropriação são anticapitalistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma velha geração de trabalhadores do sexo masculino, maioritariamente brancos, fica exasperada com o que considera ser o poder crescente, dos imigrantes, dos homossexuais e das feministas, apoiados e encorajados por elites intelectuais arrogantes (do litoral) e por banqueiros da Wall Street, gananciosos e ímpios, geralmente considerados (erradamente) como sendo de origem judaica. Os movimentos radicais de direita e as milícias armadas do tipo das que alimentaram Timothy McVeigh, o famoso bombista de Oklahoma, ressuscitaram desde a eleição de Obama. Decerto que não adeririam a nenhuma grande luta anticapitalista (embora se mostrem hostis aos banqueiros, às empresas e às elites e detestem a Reserva Federal). Revelam a hostilidade de uma parte das pessoas desencantadas e expropriadas dispostas a fazer tudo para recuperarem o país que amam.

Essas tensões sociais proporcionam possibilidades à exploração capitalista. Na década de 1960, nos Estados Unidos, generalizou-se a prática, que ainda persiste, do *blockbusting*: a ideia era introduzir uma família negra num bairro habitado por brancos a fim de estimular o medo dos residentes e a sua saída do bairro. A queda dos preços das casas criava oportunidades para os especuladores as comprarem baratas, vendendo-as depois por um preço elevado a grupos minoritários. As reacções das populações brancas ameaçadas variavam entre a resistência violenta (como a colocação de bombas nas casas de qualquer família negra que tentasse instalar-se no bairro) até tentativas mais moderadas de integração pacífica (por vezes forçadas pelas leis em matéria de direitos civis).

O segundo grande problema reside no facto de algumas expropriações serem necessárias ou progressistas. Qualquer movimento revolucionário que venha a surgir terá de descobrir uma maneira

de expropriar os capitalistas das suas propriedades, riqueza e poderes. A história geográfica das expropriações durante o capitalismo está cheia de ambivalências e contradições. Embora a violência de classe implícita na ascensão do capitalismo seja odiosa, a faceta positiva da revolução capitalista revelou-se na expropriação das instituições feudais arbitrarias (como a monarquia e a Igreja) e dos seus poderes, na libertação de energias criativas, na abertura de novos espaços e no entrelaçamento do mundo por intermédio de relações comerciais, na abertura da sociedade a fortes correntes de mudança tecnológica e organizacional, na substituição de um mundo baseado na superstição e ignorância por uma ciência esclarecida com a potencialidade de libertar a humanidade das carências e necessidades materiais. Nada disto teria sido possível sem que alguém, algures, tivesse sido expropriado.

Tudo isto se concretizou com pesados custos sociais e ambientais (alvos de muitas críticas nos últimos anos). Não obstante, permitiu encarar a acumulação pela expropriação (ou aquilo a que Marx chamou «acumulação primitiva») como um estágio necessário, embora desagradável, pelo qual a ordem social teria de passar para chegar a um estado em que tanto o capitalismo como uma alternativa chamada socialismo ou comunismo seriam possíveis. Marx pouco ou nada valorizava as formas sociais destruídas pela acumulação original e não preconizou, como há quem faça actualmente, uma qualquer espécie de restauração das relações sociais ou das formas de produção pré-capitalistas. Competia ao socialismo e ao comunismo aproveitar os aspectos progressistas do desenvolvimento capitalista. Esses aspectos progressistas incluíam movimentos pela reforma agrária, pela ascensão de formas democráticas de governo (sempre manchadas pelo papel do poder do dinheiro), pela liberdade de informação (sempre contingente mas ainda assim vital) e da informação e expressão, e pela criação de direitos civis e legais.

Embora as lutas contra a expropriação possam constituir uma sementeira de descontentamento para os movimentos de revolta, a finalidade das políticas revolucionárias não é proteger a velha ordem mas atacar directamente as relações de classe e as formas capitalistas de poder do Estado.

As transformações revolucionárias não podem ser levadas a cabo sem, no mínimo, nos levarem a mudar de ideias, a abandonar as crenças e preconceitos que nutrimos, a abdicar de diversas comodidades diárias e direitos, a submetermo-nos a novas práticas quotidianas, a alterar os nossos papéis sociais e políticos, a redistribuir direitos, deveres e responsabilidades, e a alterar os nossos comportamentos a fim de nos adaptarmos melhor a necessidades colectivas e a uma vontade comum. O mundo que nos cerca — as nossas geografias — terá de ser radicalmente remodelado, tal como as nossas relações sociais, a relação com a natureza e todas as outras esferas de acção no processo co-revolucionário. Até certo ponto, compreende-se que muitos prefiram uma política de denegação a uma política de confronto activo com tudo isto.

Também seria reconfortante pensar que tudo isto se pode concretizar de modo pacífico e voluntário, que nos expropriaríamos de tudo, que nos despiríamos, por assim dizer, de tudo o que possuímos que impede a criação de uma ordem social mais justa e equilibrada. Mas faltaríamos à verdade se pensássemos que poderia ser assim, que não seria necessária uma luta activa, incluindo até alguma violência. Como Marx disse, o capitalismo surgiu banhado em sangue e fogo. Embora talvez possamos fazer um melhor trabalho a sair dele do que a entrar, há fortes probabilidades de a transição para a terra prometida não ser pacífica.

O reconhecimento de que a expropriação pode ser um precursor necessário para mudanças mais positivas coloca a questão das políticas nesta matéria em regimes socialistas e comunistas. Na tradição revolucionária marxista/comunista, considerou-se muitas vezes necessário organizar expropriações a fim de desenvolver programas de modernização nesses países que não se tinham iniciado no desenvolvimento capitalista. Essas situações implicaram por vezes uma violência terrível, como foi o caso da colectivização forçada da agricultura na União Soviética no tempo de Estaline (a eliminação dos *kulaks*). Essas políticas foram tudo menos histórias bem sucedidas, provocando enormes tragédias como a grande fome causada pelo Grande Salto em Frente de Mao, na China (que suspendeu temporariamente o que teria sido um rápido aumento da esperança de vida), e desenca-

deando uma resistência política que, em certos casos, foi cruelmente esmagada.

Por conseguinte, recentemente, os movimentos de revolta contra a expropriação noutros domínios que não no processo de trabalho têm enveredado em geral por uma via anticomunista. Por vezes, as razões foram ideológicas, mas houve casos em que foram pragmáticas e organizacionais, decorrentes da própria natureza das lutas. A diversidade das lutas contra as formas capitalistas de expropriação foi e é simplesmente espantosa. Chega a ser difícil imaginar ligações entre elas. As lutas dos Ogoni no delta do Níger contra o que consideram ser a degradação das suas terras pela Shell Oil, os movimentos de camponeses contra a biopirataria e o roubo de terras, as lutas contra os alimentos geneticamente modificados e pela autenticidade dos sistemas locais de produção, as lutas para preservar o acesso das populações indígenas às reservas florestais e pela redução da actividade das empresas madeireiras, as lutas políticas contra a privatização, os movimentos pelos direitos no trabalho ou pelos direitos da mulher nos países em desenvolvimento, as campanhas para proteger a biodiversidade e para impedir a destruição de *habitats*, as centenas de protestos contra programas de austeridade impostos pelo FMI e as longas lutas contra os projectos de construção de barragens, apoiados pelo Banco Mundial, na Índia e na América Latina — todas estas acções têm feito parte de uma mistura volátil de movimentos de protesto que varreram o mundo e que tem sido manchete desde a década de 1980. Estes movimentos e revoltas têm sido muitas vezes esmagados com uma violência feroz, em geral por poderes de Estado que actuam em nome da «ordem e da estabilidade». Estados clientes, apoiados militarmente ou, em alguns casos, por forças especiais treinadas pelos mais importantes aparelhos militares (liderados pelos Estados Unidos, com a Grã-Bretanha e a França a desempenharem um papel menor), lideraram um sistema de repressão e de liquidação destinado a refrear impiedosamente movimentos de activistas que se opõem à acumulação por meio da expropriação.

Os movimentos contra a expropriação de todos os tipos generalizaram-se mas são rudimentares, tanto geograficamente como em termos dos seus princípios organizadores e objectivos políticos. Exibem frequentemente contradições internas, como, por exemplo, quando as populações indígenas reclamam a devolução de direitos em zonas que os grupos ambientalistas consideram cruciais para a protecção da biodiversidade. E em parte devido às diferentes condições geográficas que deram origem a tais movimentos, a sua orientação política e modos de organização também diferem vincadamente. Os rebeldes zapatistas no México, frustrados com a perda de controlo sobre as suas terras e recursos locais e com a falta de respeito pela sua história cultural, não visam apoderar-se do poder do Estado nem levar a cabo uma revolução política. Ao invés, procuram penetrar na sociedade civil, procurando de uma forma mais aberta e fluida alternativas que lhes parecem responder às suas necessidades específicas enquanto formação cultural e restaurar o seu sentimento de dignidade e de respeito por si próprios. O movimento evitou o vanguardismo e recusou-se a assumir o papel de partido político, preferindo manter-se um movimento dentro de um Estado, com o objectivo de formar um bloco de poder político no qual as culturas indígenas ocupem um lugar no centro e não na periferia das disposições do poder político. Procurou assim realizar uma espécie de revolução passiva no interior da lógica territorial de poder controlada pelo Estado mexicano.

O efeito geral de movimentos deste tipo no terreno da organização política tem sido um afastamento dos partidos políticos tradicionais e da organização da mão-de-obra nas fábricas (embora ainda se mantenham, como é evidente), e a tendência para uma dinâmica política de acção social, menos centrada, em todo o espectro da sociedade civil. O modelo de organização que está a surgir difere muito do que se construiu historicamente em torno do movimento operário. Por conseguinte, as duas formas de expropriação deram origem a aspirações e formas organizacionais conflituais. O que o movimento mais amplo que atravessa a sociedade civil perde em enfoque ganha em termos de pertinência, justamente devido à sua ligação directa às políticas da vida quotidiana em contextos geográficos específicos.

Na esquerda, existem amplas correntes de pensamento que encaram de modo diverso os problemas com que nos confrontamos actualmente. Há, em primeiro lugar, o sectarismo usual decorrente da história da acção radical e das articulações da teoria política de esquerda. Curiosamente, o único lugar onde a amnésia não parece predominar é no interior da própria esquerda (as cisões entre anarquistas e marxistas da década de 1870, entre trotskistas, maoístas e comunistas ortodoxos, entre os defensores do centralismo que pretendem controlar o Estado e os autonomistas e anarquistas que se lhes opõem). Os argumentos são tão amargos e agastados que chegam a fazer-nos pensar que seria útil um pouco mais de amnésia. Mas, para além destas seitas revolucionárias e destas facções políticas tradicionais, o campo da acção política sofreu uma transformação radical desde meados da década de 1970. O terreno da luta política e das possibilidades políticas mudou, tanto do ponto de vista geográfico como organizacional.

Neste momento, existem muitíssimas organizações não-governamentais que desempenham um papel político que mal se distinguia antes de meados da década de 1970. Financiadas quer pelo Estado quer por privados, muitas vezes povoadas por pensadores e organizadores idealistas (empregam imensa gente), e em geral devotadas a um só problema (ambiente, pobreza, direitos das mulheres, acções contra a escravatura e o tráfico, etc.), evitam deliberadamente políticas anticapitalistas abertas, embora apoiem ideias e causas progressistas. Contudo, em alguns casos, são activamente neoliberais, envolvendo-se na privatização de serviços de apoio social ou promovendo reformas institucionais destinadas a facilitar a inserção no mercado de populações marginalizadas (sistemas de microcrédito e de microfinanciamento para populações de baixo rendimento, por exemplo).

Embora haja muitos activistas radicais e dedicados neste mundo das ONG, o seu trabalho fica-se, na melhor das hipóteses, pelos melhoramentos. Colectivamente, possuem um historial pouco consistente em matéria de realizações progressistas, ainda que, em certos domínios como os direitos das mulheres, os cuidados de saúde e a preservação ambiental, possam reivindicar contributos importantes para a melhoria da situação da humanidade.

Mas as ONG não podem realizar mudanças revolucionárias pois estão muito condicionadas pelas posições políticas e pelas políticas dos seus patrocinadores. Por conseguinte, ainda que, ao apoiarem o fortalecimento das populações locais, ajudem a abrir espaços que possibilitam alternativas anticapitalistas, e ainda que apoiem experiências com essas alternativas, nada fazem para impedir a sua reabsorção pelas práticas capitalistas dominantes; chegam mesmo a encorajá-las. Presentemente, o poder colectivo das ONG reflecte-se no papel dominante que desempenham no Fórum Social Mundial, onde se têm concentrado nos últimos dez anos as tentativas para forjar um movimento global pela justiça, uma alternativa global ao neoliberalismo.

A segunda grande ala da oposição brota das organizações anarquistas, autonomistas e de base que recusam um financiamento externo ainda que algumas dependam de bases institucionais alternativas (como a Igreja Católica, com as suas iniciativas de «comunidade de base» na América Latina, ou um patrocínio mais amplo da mobilização política por parte das igrejas de cidades do interior dos Estados Unidos). Este grupo está muito longe de ser homogéneo (na verdade, há amargas disputas internas, que opõem, por exemplo, os anarquistas sociais e os causticamente chamados anarquistas em termos de estilo de vida). Contudo, existe uma antipatia comum pela negociação com o poder do Estado e uma ênfase na sociedade civil como esfera onde se poderá concretizar a mudança. Os poderes de auto-organização das pessoas nas situações do dia-a-dia terão de ser a base para qualquer alternativa anticapitalista. O estabelecimento de redes horizontais é o seu modelo organizativo preferido; as chamadas «economias solidárias», baseadas na troca, em colectivos e em sistemas de produção local, são a sua forma económica e política preferida. Opõem-se à necessidade de uma direcção central e rejeitam relações sociais hierárquicas ou estruturas de poder político hierárquicas, bem como partidos políticos convencionais. Organizações deste tipo encontram-se em toda a parte, tendo algumas conquistado um elevado grau de proeminência política em alguns sítios. Algumas são radicalmente anticapitalistas e defendem objectivos revolucionários, estando, nalguns casos, preparadas para defender actos de sabotagem e outras formas

de intervenção perturbadora (resquícios das Brigadas Vermelhas em Itália, do grupo Baader-Meinhof na Alemanha e dos Weather Underground nos Estados Unidos durante a década de 1970). Mas, deixando de lado as suas franjas mais violentas, a eficácia de todos estes movimentos é limitada pela sua relutância e incapacidade de ampliar o activismo, transformando-o em formas organizacionais capazes de enfrentar problemas globais. A ideia de que a acção local é o único nível significativo de mudança e de que tudo o que cheire a hierarquia é anti-revolucionário é limitativa no que diz respeito a problemas mais amplos. No entanto, estes movimentos estão a proporcionar inquestionavelmente uma base generalizada para testar políticas anticapitalistas.

A terceira grande tendência evidencia-se na transformação que tem vindo a ocorrer na organização da força de trabalho e nos partidos políticos de esquerda tradicionais, desde as tradições sociais-democráticas até às formas de organização político-partidárias mais radicais (trotskistas e comunistas). Esta tendência não é hostil à conquista do poder de Estado nem a formas hierárquicas de organização. Na verdade, encara as últimas como necessárias à integração da organização política a diversas escalas políticas. Nos anos em que a social-democracia era hegemónica na Europa e até influente nos Estados Unidos, o controlo estatal sobre a distribuição dos excedentes tornou-se uma ferramenta crucial para reduzir as desigualdades. A incapacidade de assumir o controlo social da produção de excedentes e de ameaçar desse modo o poder da classe capitalista constituiu o calcanhar de Aquiles deste sistema político. Contudo, não devemos esquecer os progressos que concretizou, ainda que seja claro, neste momento, que não basta regressar a esse modelo político, com o seu Estado-Providência e a sua economia keynesiana.

Tanto a força de trabalho organizada como os partidos políticos de esquerda têm sido duramente atingidos no mundo capitalista avançado nos últimos trinta anos. Foram levados ou obrigados a apoiar a neoliberalização, ainda que com um rosto um pouco mais humano. Como dissemos atrás, uma das maneiras de encarar o neoliberalismo é como um movimento grandioso e bastante revolucionário (liderado pela autoproclamada revolucionária

Margaret Thatcher) para privatizar os excedentes ou, pelo menos, para impedir a sua socialização.

Embora se evidenciem alguns indícios de recuperação, tanto na organização da força de trabalho como nas políticas de esquerda (em oposição à «terceira via» apregoada pelo New Labour na Grã-Bretanha no tempo de Tony Blair e desastrosamente copiada por muitos partidos sociais-democratas na Europa), bem como sinais de aparecimento de partidos políticos mais radicais em diferentes partes do mundo, questiona-se a possibilidade de confiar exclusivamente numa vanguarda operária bem como a possibilidade de os partidos de esquerda que ganharam algum acesso ao poder político terem um impacte substancial no desenvolvimento do capitalismo e enfrentarem a dinâmica perturbada da acumulação com tendência para as crises. O desempenho dos Verdes alemães no poder nada teve de excelente em comparação com a posição política que tinham fora do poder, e os partidos sociais-democratas deixaram de ser verdadeiras forças políticas. Mas os partidos políticos de esquerda e os sindicatos ainda são significativos, e o seu controlo de aspectos do poder do Estado, como acontece com o Partido dos Trabalhadores no Brasil ou com o movimento bolivariano na Venezuela, tem tido repercussões notórias no pensamento de esquerda, não apenas na América Latina. Também não é de fácil resolução o problema complexo de como interpretar o papel do Partido Comunista na China e de quais poderão ser as suas políticas futuras.

A teoria co-revolucionária atrás apresentada sugeriria que é impossível construir uma ordem social anticapitalista sem tomar conta do poder de Estado, transformando-o radicalmente e reelaborando a moldura constitucional e institucional que apoia presentemente a propriedade privada, o sistema de mercado e a interminável acumulação de capital. A competição entre estados e as lutas geo-económicas e geopolíticas em torno de tudo, desde o comércio e o dinheiro até problemas de hegemonia, também são demasiado significativas para serem entregues a movimentos sociais locais ou postas de lado por serem grandes demais. O modo como deverá ser reelaborada a arquitectura do nexa entre o Estado e as finanças, bem como a questão premente da medida comum de

valor proporcionada pelo dinheiro, não podem ser ignorados quando se procura construir alternativas à economia política capitalista. Por conseguinte, ignorar o estado e a dinâmica do sistema entre estados é uma ideia ridícula para qualquer movimento revolucionário anticapitalista.

A quarta grande tendência é constituída por todos os movimentos sociais orientados, não tanto por uma filosofia ou inclinações políticas particulares, mas por uma necessidade pragmática de resistir à deslocação e expropriação (através da «gentrificação», do desenvolvimento industrial, da construção de barragens, da privatização dos recursos hídricos, do desmantelamento dos serviços sociais e das oportunidades de educação pública, etc.). Neste caso, o enfoque na vida quotidiana na cidade, na vila, na aldeia ou seja onde for proporciona uma base material para a organização política contra as ameaças que as políticas do Estado e os interesses capitalistas não deixam de significar para as populações vulneráveis.

Mais uma vez, existe um vasto leque de movimentos sociais deste tipo, podendo alguns radicalizar-se com o tempo, à medida que se apercebem cada vez mais de que os problemas são sistémicos e não particulares e locais. O estabelecimento de alianças entre movimentos sociais deste tipo em torno da terra (como o Movimento dos Sem Terra no Brasil ou dos camponeses que se mobilizam contra o roubo de terras e de recursos por empresas capitalistas na Índia) ou em contextos urbanos (os movimentos do direito à cidade no Brasil e agora nos Estados Unidos) sugerem a existência de uma via para criar alianças mais vastas destinadas a discutir e defrontar as forças sistémicas que estão na base das particularidades da «gentrificação», da construção de barragens, da privatização ou seja do que for. Ainda que movidos pelo pragmatismo e não por concepções ideológicas, estes movimentos podem chegar a uma compreensão sistémica da sua própria experiência. Na medida em que muitos co-existem no mesmo espaço, como dentro de uma metrópole, podem (como se supõe ter acontecido com os operários fabris nas primeiras fases da revolução industrial) unir-se em torno de uma causa comum e começar a forjar, com base na própria experiência, um conhecimento do modo como o capitalismo funciona e do que deve ser feito colectivamente.



É neste terreno que tem muito a dizer a figura do «intelectual orgânico» (tão falada na obra de Antonio Gramsci, escritor marxista de princípios do século XX), do autodidacta que compreende o mundo por intermédio de experiências amargas, mas que modela a sua compreensão do capitalismo de uma forma mais geral. É um privilégio poder ouvir os dirigentes camponeses do MST brasileiro ou do movimento contra o roubo de terras na Índia. A tarefa destes insatisfeitos cultos é amplificar as vozes subalternas, para que se possa prestar atenção às circunstâncias de exploração e de repressão, e às respostas a integrar num programa anticapitalista.

O quinto epicentro da mudança social reside nos movimentos de emancipação em torno das questões de identidade — mulheres, crianças, homossexuais, minorias raciais, étnicas e religiosas que exigem um lugar igual sob o Sol. Os movimentos que reivindicam a emancipação destes grupos distribuem-se geograficamente de uma forma desigual, estando muitas vezes divididos no que toca a necessidades e aspirações. Mas as conferências globais sobre os direitos das mulheres (Nairobi em 1985, que levou à declaração de Pequim de 1995) e contra o racismo (a conferência muito mais acesa de Durban, em 2009) estão a tentar encontrar um terreno comum, e não há dúvida de que as relações sociais estão a mudar em todos estes aspectos, pelo menos em algumas partes do mundo. Quando os analisamos de uma maneira isolada, podemos ficar com a ideia de que estes movimentos se opõem à luta de classes. É verdade que, na maior parte dos debates académicos, assumiram um lugar prioritário a expensas da análise das classes e da economia política. Mas a feminização da mão-de-obra global, a feminização da pobreza em quase toda a parte e a utilização das disparidades de género como meio de controlo da mão-de-obra transformam a emancipação das mulheres e a sua libertação da repressão numa condição necessária para a agudização da luta de classes. O mesmo se aplica a todas as outras formas de identidade, discriminadas ou notoriamente reprimidas. O racismo e a opressão das mulheres e das crianças estão na base da ascensão do capitalismo. Mas o capitalismo tal como existe actualmente pode, em princípio, sobreviver sem essas formas de discriminação e de opressão, embora a força de uma classe trabalhadora mais unida

possa afectar gravemente a sua capacidade política, ou mesmo feri-la de morte. A modesta integração no mundo empresarial do multiculturalismo e dos direitos das mulheres, sobretudo nos Estados Unidos, evidencia uma certa capacidade de adaptação do capitalismo a essas dimensões da mudança social, ainda que volte a chamar a atenção para a importância das divisões de classe como dimensão principal da acção política.

Estas cinco grandes tendências não se excluem mutuamente nem esgotam os modelos organizacionais de acção política. Algumas organizações combinam claramente aspectos das cinco tendências. Mas ainda há muito a fazer se se pretende amalgamar as diversas tendências em torno da questão subjacente: poderá o mundo mudar em termos materiais, sociais, mentais e políticos a fim de enfrentar não apenas o terrível estado das relações sociais e naturais em tantos sítios, mas também a perpetuação do crescimento acumulado? É esta a pergunta que os insatisfeitos devem insistir em formular, vezes sem conta, mesmo quando ela lhes chega dos que sofreram directamente a dor e que são tão adeptos de organizar no terreno a resistência contra as terríveis consequências do crescimento acumulado.

★ ★ ★

Os comunistas não têm partido político, declararam Marx e Engels na sua concepção original apresentada no *Manifesto do Partido Comunista*. Limitam-se a apresentar-se em qualquer momento ou lugar como indivíduos que compreendem os limites, os fracassos e as tendências destrutivas da ordem capitalista, bem como as inúmeras máscaras ideológicas e falsas legitimações que os capitalistas e os seus apologistas (sobretudo nos média) fabricam para perpetuar o seu singular poder de classe. Comunistas são todos os que se esforçam incessantemente por criar um futuro diferente do augurado pelo capitalismo. Trata-se de uma definição interessante. Enquanto o comunismo institucionalizado tradicional está morto e enterrado, existem, por definição, milhões de comunistas *de facto* activos entre nós, desejosos de concretizar os seus conhecimentos, preparados para lutar criativamente por imperativos

anticapitalistas. Se «é possível outro mundo», como declarou o movimento alternativo contra a globalização de finais da década de 1990, porque não dizer também que «é possível outro comunismo»? As actuais circunstâncias do desenvolvimento capitalista exigem-no, se queremos concretizar uma mudança fundamental.

Infelizmente, o comunismo é um termo tão pesado que se torna difícil de reintroduzir no discurso político, como alguns pretendem. Nos Estados Unidos, seria muito mais difícil do que, por exemplo, em França, na Itália, no Brasil ou até na Europa Central. Mas, num certo sentido, o termo não interessa. Talvez devamos definir o movimento, o nosso movimento, como anticapitalista, ou chamarmo-nos a nós próprios o Partido da Indignação, pronto a lutar e a derrotar o Partido da Wall Street e os seus acólitos e apologistas onde quer que se encontrem, e ficarmo-nos por aí. A luta pela sobrevivência com justiça não se limita a continuar, renovar-se. À medida que crescem a revolta e a indignação moral perante a economia de expropriações que redundam em benefício de uma classe capitalista aparentemente toda-poderosa, também começam a surgir forçosamente diversos movimentos políticos que transcendem as barreiras espaciais e temporais.

Para compreendermos a necessidade política disto teremos de começar por decifrar o enigma do capital. Quando lhes arrancamos a máscara e os seus mistérios se revelam, é mais fácil perceber o que temos de fazer e porquê, e como devemos começar a actuar. O capitalismo nunca cairá por si. Terá de ser empurrado. A acumulação de capital nunca parará. Terá de ser travada. A classe capitalista nunca abdicará do seu poder. Teremos de lho retirar.

Fazer o que tem de ser feito exigirá perseverança e determinação, paciência e astúcia, bem como um empenho político tenaz nascido da indignação moral perante os efeitos do crescimento acumulado explorador em todas as facetas da vida, humana e não só, no planeta Terra. Já houve mobilizações políticas suficientes para levar a cabo semelhante tarefa. Poderão surgir novamente, e decerto que o farão. Em meu entender, expirou o prazo.

## Posfácio

*Existe uma luta de classes, é verdade,  
mas é a minha classe, a abastada,  
que está na ofensiva, e estamos a ganhá-la.*

Warren Buffet, «O Sábio de Omaha»

Quando decisores políticos e especialistas em economia parecem tão jovialmente inconscientes da tendência para a crise que caracteriza o capitalismo, quando ignoram tão prazenteiramente os sinais de alarme que se acumulam em torno de si e chamam «grande moderação» aos anos de volatilidade e de agitação que se vivem desde a década de 1990, perdoa-se às pessoas comuns o pouco conhecimento que têm quando rebenta uma crise, e a fraca confiança que lhes merecem as explicações fornecidas por especialistas. Depois de terem confessado que não compreendiam os «riscos sistémicos» inerentes ao capitalismo de mercado livre, parece que os economistas continuam a não ter nenhuma ideia do que são esses riscos e do que fazer em relação a eles. Segundo um antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, «Sabemos vagamente o que é um risco sistémico e quais os factores que podem estar relacionados com ele. Mas será exagero afirmar que se trata de uma ciência bem desenvolvida neste momento». Num documento oficial, publicado no Verão de 2010, o FMI descreveu o estudo do risco sistémico como estando «na sua infância». Na teoria marxista (oposta à teoria económica neoclássica e financeira, caracterizada pela miopia), o «risco sistémico» equivale às contradições fundamentais da acumulação de capital. O FMI podia evitar muitos problemas se a estudasse. Neste livro, tentei esclarecer,

tanto quanto possível, as razões da tendência do capitalismo para a crise, o papel das crises (como a que ainda estamos a passar) na reprodução do capitalismo e os riscos sistémicos a longo prazo que o capital representa para a vida no nosso planeta.

Concluí que o capital nunca resolve as suas tendências para a crise, limitando-se a deslocá-las de um lado para o outro. Fá-lo num duplo sentido: de uma parte do mundo para outra e de um tipo de problema para outro. Consequentemente, a crise que rebentou primeiro nos mercados imobiliários do Sul e Sudoeste dos Estados Unidos (bem como no Reino Unido, na Irlanda e em Espanha) repercutiu-se nos mercados financeiros de Nova Iorque e de Londres antes de se «globalizar» e de ameaçar o comércio mundial em quase toda a parte (depois de passar pelos bancos islandeses, pela Dubai World, pela bancarrota da Letónia, pelo desastre orçamental californiano e pelas crises de endividamento da Grécia e da Irlanda). Embora alguns sistemas bancários nacionais, como os da Irlanda, de Portugal e da Espanha, possam ou devam necessitar de mais apoio dado o elevado volume de activos tóxicos que restaram dos picos fictícios no mercado imobiliário anteriores à crise, o sistema financeiro global parece ter-se estabilizado por intermédio de uma manta de retalhos de intervenções governamentais. O grosso da crise foi transferido dos bancos para a dívida do Estado. Na América do Norte e na Europa, a resposta ao aumento deste endividamento tem sido a proposta e concretização de medidas de austeridade draconianas destinadas a reduzir a dívida por meio de cortes nos serviços prestados pelo Estado e de ameaças ao bem-estar público.

Em algumas partes do mundo, no entanto, a crise há muito que já lá vai. Até nos Estados Unidos, a recessão foi considerada estatisticamente terminada em Junho de 2009. Se falarmos da «crise económica» no Brasil, na Argentina, na Índia ou na Austrália, a resposta será «Qual crise? Esse problema é vosso e não nosso.» Como é evidente, a miopia geográfica é bastante comum. Embora muitas pessoas da Europa Ocidental e da América do Norte tenham sido generosas para com as vítimas do tsunami que afectou o oceano Índico em Dezembro de 2004, não prestaram qualquer atenção aos 15 milhões de indonésios que perderam os

seus empregos na derrocada económica de 1997-98 ou ao enorme aumento do desemprego que ocorreu na Argentina, durante a crise que se viveu nesse país de 2001 a 2002. São as crises económicas desses países, e a culpa é deles, e não nossa.

Na altura em que escrevo estas linhas (Dezembro de 2010), há uma sensação profunda e muitas provas tangíveis de que a crise ainda grassa nos Estados Unidos e em grande parte da Europa. O desemprego é o grande problema. Um documento resultante de uma discussão conjunta entre o FMI e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em Setembro de 2010, estima em 30 milhões a perda líquida global de empregos durante a recessão de 2007-09. Dos 20 milhões de postos de trabalho perdidos, documentados em estatísticas oficiais, três quartos localizavam-se em economias avançadas — 7,5 milhões nos Estados Unidos, 2,7 milhões em Espanha e 0,9 milhões no Reino Unido. As perdas líquidas de postos de trabalho foram menos marcadas nas economias de mercado emergentes — 3 milhões na China, o que, dada a dimensão do seu mercado de trabalho, significam uma perda grave mas não catastrófica. Curiosamente, assistiu-se a um pequeno acréscimo de emprego em alguns países de baixo rendimento (em parte devido à transferência de postos de trabalho, da China para o Sul e Sudeste da Ásia, onde a mão-de-obra é mais barata).

A crise financeira que se iniciou em 2007 tem tido poucos efeitos duradouros em muitas partes do mundo. O reactivar do crescimento na China (mais de 10% em 2010, depois de uma queda de curta duração para 6% em princípios de 2009) e na Índia (com taxas de crescimento que poderão em breve ultrapassar as da China) anda a par de um forte crescimento em todos os países do mundo orientados para o comércio com a China. Os países que lhe fornecem matérias-primas, como a Austrália e o Chile, atravessaram a crise relativamente incólumes. Noutros casos, registaram-se ajustamentos nos padrões do comércio, como a decuplicação no comércio com a China por parte do Brasil e da Argentina desde 2000. O resultado tem sido uma vigorosa retoma de crescimento económico em diversas partes da América Latina (perto dos 8% tanto na Argentina como no Brasil), ainda que através da transformação de grande parte do solo numa vasta plantação de soja,

com consequências potencialmente nocivas para o ambiente. Os países que exportam equipamento de alta tecnologia para a China, sobretudo a Alemanha, também se têm saído muito bem.

A concentração do desemprego e da perda de postos de trabalho é muito elevada nos Estados Unidos e desigual na Europa. As taxas oficiais de desemprego aumentaram 11 pontos percentuais em Espanha, 9 na Irlanda, 5 nos Estados Unidos e entre 3 e 4 na Grécia, em Portugal, em Espanha, no Reino Unido, na Suécia e em Itália. Mas a taxa de desemprego manteve-se baixa nos Países Baixos, chegou a diminuir na Alemanha (em parte devido à política de redução dos horários de trabalho em vez do despedimento, face a quebras nos mercados) e quase não se alterou na Coreia do Sul e na China (não obstante a perda de 3 milhões de postos de trabalho registada em 2008).

Nos Estados Unidos, a persistência da perda de postos de trabalho imita o que aconteceu aquando das duas anteriores recessões (1990-92 e 2001-02), seguidas das chamadas «recuperações sem postos de trabalho» (*jobless recoveries*), ainda que, desta vez, pareça tratar-se mais de uma «recuperação criadora de perda de postos de trabalho» (*joblessness-creating recoveries*). Além disso, a proporção dos chamados desempregados de longa duração (desempregados há mais de seis meses), que no passado nunca excedeu os 25%, representa actualmente mais de metade das pessoas sem trabalho. Quando se acrescenta à taxa oficial de desemprego de cerca de 10% os trabalhadores «desencorajados» e os que possuem um emprego temporário insatisfatório, conclui-se que quase um quinto da população dos Estados Unidos não possui um trabalho adequado. A existência de uma tão vasta reserva de trabalhadores desempregados tem exercido uma pressão descendente sobre as taxas salariais e as condições de trabalho dos que estão empregados. A falência negociada da General Motors levou à criação de um sistema laboral a duas velocidades, em que os indivíduos que se integram na força de trabalho aceitam salários e benefícios inferiores aos que já estão empregados. Este sistema espalhou-se agora na maior parte dos Estados Unidos. Em consequência, os lucros ressuscitam a um ritmo que os jornais de negócios consideram «alucinante» desde o seu ponto mais baixo em finais de 2008, ajudando a desencadear também

uma retoma na bolsa bem como nos estilos de vida esbanjadores dos frequentadores da Wall Street. Mas tudo-isto tem ocorrido à custa de um agravamento da repressão salarial encetada em finais da década de 1970. A parte dos salários no rendimento nacional tem continuado a diminuir, mesmo tendo a parte dos lucros crescido até ao nível anterior ao da crise. Um efeito colateral do desemprego é a persistência das execuções hipotecárias que desencadearam a derrocada em 2007 e o agravamento da toxicidade dos portefólios de activos. A taxa mensal de novas execuções hipotecárias diminuiu de 142 000 em Abril de 2009 para apenas 100 000 em Agosto de 2010, mas o número de casas que voltaram à posse das instituições financeiras atingiu o valor recorde de 95 000 no mesmo mês, e de um milhão durante o ano de 2010. Não surpreende que a confiança dos consumidores leve tempo a recuperar e que o marasmo continue a afectar o mercado.

Este estado de coisas, tanto nos Estados Unidos como em muitas partes da Europa, será uma necessidade económica ou uma opção política? A resposta é: um pouco das duas. Mas a faceta política é agora muito mais evidente do que no ano passado. Em grande parte do mundo capitalista avançado, a seguir a um namoro inicial com uma ressurreição do keynesianismo, a crise da dívida pública tornou-se uma desculpa para a classe capitalista desmantelar o que resta do Estado-Providência por meio de uma política de austeridade. O capital sempre teve dificuldade em interiorizar os custos da reprodução social (assistência aos jovens, doentes, deficientes e idosos, despesas da segurança social, da educação e dos cuidados de saúde). Nas décadas de 1950 e de 1960, muitos destes encargos sociais eram interiorizados tanto directamente (planos de saúde e de pensões a cargo das empresas) como indirectamente (serviços financiados por taxas e prestados à população em geral). Mas todo o período do capitalismo neoliberal a partir de meados da década de 1970 tem sido marcado por uma luta por parte do capital para se libertar de tais fardos, encarregando as populações de descobrir e pagar por si esses serviços. O modo como nos reproduzimos é uma questão de responsabilidade pessoal e não uma obrigação do Estado, é o que nos têm dito vozes poderosas da direita, tanto na política como nos média.

Alguns domínios importantes ainda terão de ser privatizados: a segurança social e as pensões de velhice do Estado, para começar (embora o Chile já as tenha privatizado há muito tempo). Por conseguinte, a actual ênfase na austeridade é mais um passo na via para a personalização dos custos da reprodução social. O ataque ao bem-estar das populações tem lançado o Estado numa rota de colisão não só com os últimos redutos do poder sindical em muitos países, os sindicatos do sector público, mas também com as populações mais directamente dependentes dos serviços prestados pelo Estado (como os estudantes, de Atenas a Paris, Londres e Berkeley). O ataque tem suscitado tanta revolta que o próprio FMI tentou advertir os governos mais entusiasticamente de direita dos riscos de virem a provocar uma grave agitação social. Os sinais de distúrbios na Europa, que começaram no Outono de 2010, sugerem que o FMI pode ter razão.

O argumento económico em defesa da austeridade é, na melhor das hipóteses, obscuro, e, na pior, claramente contraproducente. Segundo estimativas de analistas responsáveis, as medidas anunciadas em Outubro de 2010 pelo governo britânico recentemente eleito e liderado pelos Conservadores lançarão no desemprego nos próximos três anos cerca de 1,6 milhões de trabalhadores — cerca de 500 000 no sector público e o restante milhão sobretudo na parte do sector privado que presta serviços ao governo. A ideia de que o sector privado, sem apoios, se relançará, quando o melhor que tem conseguido fazer é criar cerca de 300 000 postos de trabalho por ano na Grã-Bretanha, não é mais do que optimismo exagerado, para não dizer pior. Nos Estados Unidos, a recente vitória dos Republicanos na Câmara dos Representantes garante que os chamados «falcões do défice»<sup>1</sup> exercerão uma forte influência em tudo, excepto no que toca à renovação das enormes reduções fiscais para os sectores mais abastados da população, que tanto têm aumentado o défice. Mas, mesmo quando detinham as

<sup>1</sup> Nos Estados Unidos, expressão que designa os conservadores no plano fiscal, para os quais a melhor maneira de reduzir o défice, de pagar a dívida pública e de equilibrar o orçamento é aumentar os impostos e reduzir as despesas públicas. (N. da T.)

rédeas do poder, os Democratas não tiveram estômago para conter os «falcões do défice» a fim de ajudar o povo. O «Partido da Wall Street», como lhe chamo, é demasiado poderoso, porquanto financia as eleições tanto dos Democratas como dos Republicanos. E, à medida que o tempo passa, torna-se tristemente óbvio que o presidente Obama também pertence a esse partido.

Com efeito, o que se está a passar nos Estados Unidos é o que se tem passado vezes sem conta desde princípios da década de 1980, tanto nesse país como noutros. Em 1982, por exemplo, irrompeu uma crise de endividamento em muitos países em desenvolvimento, tendo o México surgido como exemplo do erro de uma excessiva dependência dos créditos concedidos por banqueiros de investimento de Nova Iorque. Como o incumprimento da dívida teria destruído os banqueiros nova-iorquinos, o Tesouro americano e o FMI ajudaram o México a pagar aos banqueiros mas, ao fazê-lo, impuseram ao país medidas de austeridade tão graves que provocaram um diminuição de 25% no nível de vida dos Mexicanos. Desde então, a receita tem sido «Salvem-se os bancos e lixem-se as pessoas». Foi o que aconteceu na Grécia em princípios de 2010 e na Irlanda, no Outono do mesmo ano. No caso da Grécia, os bancos que estavam em risco eram alemães e franceses, ao passo que, na Irlanda, eram sobretudo britânicos. O declínio no nível de vida dos Gregos tem sido notório, e o da Irlanda não lhe tem ficado muito atrás. Nos Estados Unidos, como se salvaram bancos no ano passado, chegou a vez de o governo federal «lixar as pessoas» ainda mais do que já está a acontecer na Califórnia, que, com o nono maior orçamento público do mundo, só tem conseguido evitar o caminho da Grécia e da Irlanda por meio de cortes orçamentais brutais e de transferências federais de receitas fiscais destinadas a apoiar a segurança social, o Medicare, etc. Contudo, o ritmo a que os investidores começaram, em Dezembro de 2010, a abandonar o mercado de obrigações do governo local e estadual, isento de impostos, sugere que a próxima vaga da crise financeira nos Estados Unidos poderá ocorrer aí. O incumprimento maciço por parte do governo municipal ou estadual dependerá das reacções do governo federal e da Reserva Federal, mas uma crise desse tipo será muito mais difícil de resolver, em

parte devido à sua profundidade e extensão e em parte por razões políticas, do que a crise do sector bancário.

É quase certo que teria sido melhor a Grécia e a Irlanda não terem honrado os seus compromissos pois, nesse caso, os bancos e os detentores de obrigações teriam tido de partilhar o sofrimento com o povo. Teriam sido «tosquiados». Foi o que aconteceu na Argentina em 2004. Houve ameaças de consequências terríveis («Nunca mais atrairão investidores internacionais!») mas, pouco tempo depois, os investidores estrangeiros, ansiosos por descobrirem mercados lucrativos para os seus excedentes de capital, já estavam a alimentar um surto económico no país que se manteve sem grandes sobressaltos mesmo nos tempos difíceis de 2007-09. A austeridade quer na Grécia quer na Irlanda tem bloqueado a recuperação económica desses países, agravado o seu endividamento e apontado o caminho para uma espiral descendente de interminável austeridade. À luz dessa experiência, vozes influentes nos média dominantes (incluindo um editorial do *New York Times*) começaram finalmente a interrogar-se se o incumprimento (cortesmente conhecido por «reestruturação») não seria uma melhor opção. Até Angela Merkel, a chanceler alemã, referiu que são de esperar «tosquias» aos detentores de obrigações a partir de 2013, quando se esgotar o fundo europeu de resgate. O efeito seria a transferência de pelo menos uma parte do fardo da crise para os bancos — aos quais pertence, no entender de grande parte do público —, sobretudo devido à tendência dos banqueiros para pagarem a si próprios, desavergonhadamente, bónus gigantescos. No caso da Grécia, também devolveria o fardo, geograficamente, aos sistemas bancários francês e alemão, este último bastante fraco, e, finalmente, aos governos francês e alemão — aos quais pertence, no entender de muitos gregos.

Porém, «~~lixar~~ as pessoas em benefício do grande capital há muito que faz parte do programa da direita e da classe capitalista». O presidente Ronald Reagan geriu um imenso défice na década de 1980 por meio de uma corrida ao armamento com a União Soviética. Também reduziu a taxa de imposto dos americanos com maiores rendimentos, de 72% para cerca de 30%. Como confessou mais tarde o seu director de orçamento David Stockman, o plano

era agravar o endividamento e usá-lo posteriormente como desculpa para diminuir ou arrasar as protecções e os programas sociais. O presidente George Bush mais novo, outro republicano apoiado por um Congresso dominado pelos Republicanos, seguiu à letra o exemplo de Reagan. Transformou o *superavit* orçamental de finais da década de 1990 num enorme défice entre 2001 e 2009, lançando-se em duas guerras que escolheu, aprovando um pacote medicamentoso para o Medicare que representava uma bênção para a indústria farmacêutica e procedendo a enormes reduções fiscais para os contribuintes abastados. Segundo os adeptos de Bush, a redução fiscal pagar-se-ia a si própria porque aceleraria o investimento. Não foi nada disso que fez, limitando-se em geral a agravar a especulação. Também se disse que as guerras se pagariam a si próprias com o petróleo iraquiano. Quando se avaliou em 2003 que a guerra poderia custar 200 mil milhões de dólares, os responsáveis pelas estimativas foram alvo de ataques violentos e acusados de pessimistas e antipatriotas. Sabe-se agora que as guerras custaram 2 biliões de dólares ou mais, mas, na época de Bush, ninguém se preocupou porque, como gostava de dizer o vice-presidente Dick Cheney, «Reagan ensinou-nos que os défices não têm importância!»

É evidente que têm, mas a melhor maneira de os reduzir é estimular o crescimento. Uma porção significativa dos actuais défices deve-se a reduções de rendimentos na sequência da recessão e do desemprego crescente. Comparativamente, o custo líquido dos resgates não tem sido assim tão grande. Em alguns casos, esse capital está a ser devolvido com juros. Reanime-se a economia e resolva-se o problema do crescimento económico, e é meio caminho para curar o problema do défice por meio do acréscimo de rendimentos (como se provou nos anos de prosperidade da década de 1990, no tempo de Clinton). As políticas de austeridade, como já disse, conduzem a economia na direcção oposta. As actuais dificuldades económicas, tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido e por toda a Europa, estão, no essencial, a agravar-se mais por uma razão política do que por necessidade económica. Essa razão política é o desejo de pôr termo às responsabilidades do capital pela cobertura dos custos da reprodução social.

O ataque ao bem-estar social das populações deriva do desejo incessante de preservar e aumentar a riqueza dos que já são abastados. Warren Buffett reconhece-o com clareza. As desigualdades de rendimento têm-se acentuado nos Estados Unidos desde a década de 1970 ao ponto de 90% dos americanos da base da pirâmide possuírem apenas 29% da riqueza, deixando aos restantes 10% o controlo do resto, e ao 1% mais abastado a posse de 34% da riqueza e de 24% do rendimento (o triplo do que tinham em 1970). Com algumas excepções, os factos demonstram que os mais abastados não têm sofrido muito com os últimos acontecimentos. Na verdade, os mais importantes gestores de fundos especulativos aumentaram significativamente o seu poder (George Soros e John Paulson ganharam 3 mil milhões de dólares cada um em 2008, por exemplo). No meio de um imenso clamor público em defesa da austeridade e da redução do défice, os Republicanos lutaram com êxito pelo alargamento das reduções fiscais de Bush. Essa medida constituirá uma dádiva de 370 000 dólares por ano aos americanos mais ricos (que representam 0,1% dos contribuintes americanos) e aumentará o défice em 700 mil milhões de dólares nos próximos dez anos. Entretanto, alguns municípios encerraram os seus departamentos de polícia e bombeiros e, em certos casos, até cortaram a iluminação pública por falta de fundos. Imagine-se a confusão que resultaria se cortes orçamentais tão drásticos viessem a afectar grandes cidades com populações já agitadas. São as políticas plutocráticas no seu pior.

As políticas de protecção dos que já são favorecidos também se aplicam no campo das relações entre estados. Os países que sobreviveram razoavelmente bem às recentes perturbações devido aos seus excedentes de exportação (Alemanha e China, em particular) resistem ferozmente a qualquer medida que possa reduzir a sua vantagem competitiva. Continuam a absorver riqueza à custa do consumismo do resto do mundo. A incapacidade do G-20 de encontrar uma resposta global coordenada para o actual mal-estar deve-se quase inteiramente a divergências em matérias de défices e excedentes comerciais, de taxas de câmbio, etc. Angela Merkel promove a política de austeridade em vez do estímulo como princípio universal, porque ajuda a proteger a vantagem exportadora

da Alemanha. O seu ministro das Finanças apelidou de «ignorante» uma recente tentativa da Reserva Federal americana de estímulo da actividade económica e de diminuição do desemprego. Tanto os Alemães como os Republicanos nos Estados Unidos pretendem que a economia norte-americana permaneça no marasmo até às próximas eleições. A nossa primeira prioridade, afirma Mitch McConnell, líder dos Republicanos no Senado dos Estados Unidos, é garantir que Obama não é reeleito. A melhor maneira de a concretizar é seguir uma política impiedosa de austeridade que impeça a recuperação da economia em nome da rectidão fiscal. Mas o Partido da Wall Street, tendo ganho a sua batalha pela preservação das reduções fiscais dos mais abastados, caiu em si. Decidiu que dois anos de austeridade total eram de mais e persuadiu um Partido Republicano eleitoralmente vitorioso a custear algumas medidas amplas de estímulo, financiadas pelo défice, na expectativa de manter nos trilhos a recuperação dos lucros empresariais.

Contudo, o mantra da austeridade não é aceite e praticado em toda a parte. O mundo está dividido entre a paranóia do défice, na América do Norte e na Europa, e um expansionismo keynesiano no Leste da Ásia, liderado pela China. Aí, as políticas são muito diferentes e os desfechos ainda mais. O ritmo de recuperação do universo centrado na China, bem como o da Índia e o da América Latina, tem sido notável. Nem o ex-presidente do Brasil Ignácio Lula nem a presidente da Argentina Christina Kirchner, nem muito menos o presidente chinês Hu-Jintao, falam de austeridade, embora o último se sinta felicíssimo por encorajar os Estados Unidos nas suas políticas suicidas, numa mera atitude de real *geopolitik*.

Detentora de enormes excedentes e de um sistema bancário facilmente manipulado pelo governo central, a China possui os meios de seguir uma via mais puramente keynesiana. A derrocada das indústrias orientadas para a exportação, a ameaça de desemprego maciço (recordemos as perdas líquidas de 3 milhões de postos de trabalho) e a agitação de princípios de 2009 forçaram o governo a actuar. O pacote de estímulos concebido tinha dois componentes: primeiro, um investimento de cerca de 600 mil milhões de dólares em projectos estruturais (construção de auto-estradas

numa escala que esmaga o sistema de auto-estradas interestaduais americanas da década de 1960, novos aeroportos, enormes projectos hídricos, caminhos-de-ferro de grande velocidade e até cidades completamente novas); segundo, o governo central forçou os bancos (desafiar o governo central não figura entre as opções dos banqueiros chineses) a facilitar o crédito a projectos locais, tanto públicos como privados.

A grande questão é saber se esses investimentos aumentarão a produtividade nacional. Como a integração espacial da economia chinesa (em particular, do interior em relação ao litoral) está longe de estar completa, há razões para acreditar que tal possa acontecer. Mas não é possível saber se as dívidas serão pagas a seu devido tempo ou se a China se tornará o epicentro de mais outra derrocada global. Entre os aspectos negativos inclui-se o aumento da inflação (um frequente calcanhar de Aquiles na administração das políticas keynesianas) e da especulação nos mercados de activos como a habitação (no sector imobiliário, os preços duplicaram em Xangai em 2009 e registaram um aumento superior a 10% a nível nacional no mesmo ano). Evidenciam-se outros sinais perturbadores de sobrecapacidade tanto industrial como infra-estrutural (no centro da China, construiu-se uma cidade completamente nova que ainda não está habitada), e consta que muitos bancos estão falidos. As cidades recém-construídas no interior da China procuram desesperadamente atrair investidores estrangeiros, a avaliar pelos luxuosos anúncios na imprensa americana, destinados a arrastá-los para essa nova fronteira utópica do capitalismo internacional (engodo esse ensombrado pela história da Dubai World, em que um sobreendividamento espectacular no sector imobiliário acabou em bancarrota).

Também existem provas do aparecimento de um «sistema bancário paralelo» não regulado, de transacções não oficiais em activos e empréstimos, que está a repetir alguns dos erros ocorridos no sistema bancário dos Estados Unidos a partir da década de 1990. Mas os Chineses já lidaram antes com empréstimos não-produtivos, na ordem de 40% dos activos em finais da década de 1990, tendo, a seguir, utilizado as suas reservas em divisas para os liquidar. Ao contrário do Troubled Asset Relief Program (TARP)

dos Estados Unidos, um programa de resgate de activos tóxicos aprovado em 2008 por um Congresso relutante, no tempo do presidente Bush, e que provocou muito ressentimento público desde então, o governo chinês pode actuar imediatamente para recapitalizar o seu sistema bancário. Já a questão de saber se consegue ou não travar e controlar os comportamentos de uma banca paralela mantém-se, aparentemente em aberto. Parece que as preocupações quanto à inflação estão a aumentar rapidamente nos últimos meses. Para as controlar, estariam a concretizar-se tentativas sérias de manter o crescimento abaixo dos 10%, como por exemplo a redução dos empréstimos bancários. Políticas restritivas desse tipo causam arrepios nas bolsas de todo o mundo.

Os Chineses acabaram por adoptar outros aspectos de um programa keynesiano: a estimulação do mercado interno, por intermédio do reforço de poder da força de trabalho e do combate à desigualdade social. De repente, o governo central pareceu disposto a tolerar greves espontâneas (ou incapaz de lhe resistir) que não são organizadas pelos sindicatos oficiais controlados pelo Partido Comunista, como as que ocorreram no princípio do Verão de 2010 em indústrias importantes como a Toyota, a Honda e a FoxCon (onde uma avalanche de suicídios de trabalhadores criou um escândalo em torno dos salários e das condições de trabalho). Essas greves resultaram em aumentos salariais significativos (da ordem dos 20 ou 30%). As políticas de repressão salarial estão a ser invertidas, embora os ganhos não sejam tão significativos depois da inflação. Porém, à medida que os salários sobem na China, o capital transfere-se para locais com salários mais baixos, no Bangladeche, no Camboja e noutras partes do Sudeste Asiático.

O governo reforçou os investimentos nos cuidados de saúde e nos serviços sociais (aumentando o salário social) e esforçou-se por desenvolver as tecnologias ambientais ao ponto de a China se ter tornado um líder global nesse campo. O medo de ser chamado socialista ou comunista, que tanto atormenta a acção política nos Estados Unidos, é cómico para os Chineses. O mantra americano de que só o empreendedorismo privado pode ser economicamente bem sucedido parece oco, se não mesmo ridículo, quando o con-



trastamos com o fenomenal crescimento liderado pelo Estado em países como a China, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul.

A China recuperou claramente da crise muito mais depressa e com muito mais êxito do que qualquer outro país. O acréscimo da procura solvível, além de ter funcionado na China, influenciou também outras economias, sobretudo dos vizinhos (desde Singapura à Coreia do Sul) e dos produtores de matérias-primas (a Austrália, por exemplo). A General Motors produz mais carros e arrecada mais lucros na China do que em qualquer outro país. A China conseguiu estimular a recuperação parcial do comércio e da procura internacionais dos seus bens de exportação. Em geral, as economias orientadas para a exportação, sobretudo em grande parte do Leste e do Sudeste da Ásia bem como na América Latina, recuperaram mais depressa do que as outras. Os investimentos da China na dívida dos Estados Unidos têm ajudado a manter a procura solvível dos seus produtos de baixo custo, embora haja indícios de que o país está gradualmente a diversificar as suas participações. Em consequência, tem-se vindo a registar uma transferência hegemónica do poder económico do Ocidente para o Oriente no interior da economia global. Embora os Estados Unidos ainda sejam um importante actor, o país já não pode dar ordens aos outros países, como se tornou claro na reunião do G20 em Seul, em Novembro de 2010, na qual Obama se viu isolado e relativamente impotente.

A sede de matérias-primas por parte dos Chineses, além de ter favorecido em termos comerciais os produtores de matérias-primas (antes de 1990, a situação era, em geral, negativa para eles), também serve de esteio a uma crescente competição a longo prazo entre Estados, empresas e indivíduos abastados em torno do controlo da terra, dos recursos naturais e de outras fontes cruciais de renda (como os direitos de propriedade intelectual). As políticas de expropriação que se traduzem por um imenso roubo de terras a nível global, abrangendo grande parte do continente africano bem como da América Latina, da Ásia Central e do que resta das regiões desabitadas do Sudeste Asiático, têm sido inquestionavelmente lideradas pelos Chineses, recém-chegados a esta cena tradicional do grande poder e da competição empresarial. Mas,

mesmo no interior dos países, a expropriação de populações inteiras, como tem estado a acontecer nas regiões ricas em minério do Centro e do Nordeste da Índia, processa-se rapidamente, enfrentando a feroz resistência da população local. Segundo parece, há muitos capitalistas interessados em garantir arcas carregadas de tesouros como protecção contra a ameaça de um futuro colapso económico.

É interessante que a recuperação das economias orientadas para a exportação se tenha alargado à Alemanha, embora isto nos conduza ao problema de respostas difíceis à crise na União Europeia. Depois de um surto inicial de políticas de estímulo, a Alemanha assumiu a liderança, arrastando uma França mais relutante, a fim de dirigir a Zona Euro para uma política monetária de redução do défice devido ao receio de desencadear inflação. Esta política reflecte-se agora na Grã-Bretanha, na nova coligação governamental liderada pelos Conservadores. Esta mudança coincidiu com uma súbita deterioração nas finanças públicas de outros países. Os chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha)<sup>1</sup> descobriram-se numa situação financeira terrível, em parte devida a má gestão dos próprios mas, de uma forma mais significativa, porque as suas economias foram particularmente vulneráveis à derrocada do crédito e ao declínio repentino dos mercados imobiliários e do turismo (em grande parte financiado pelo capital especulativo do Norte da Europa). Desprovidos das bases industriais de países como a Alemanha, não puderam reagir adequadamente à crise fiscal que ameaçava engoli-los.

É evidente que existe uma grande divisão em termos da estratégia política que se tem vindo a desenhar. Grande parte do Ocidente segue o santo graal da redução do défice (que resulta em reduções dos níveis de vida) por intermédio da austeridade, ao passo que o Oriente, bem como os mercados emergentes do Sul,

<sup>1</sup> PIGS, à letra «porcos», é um acrónimo pejorativo que surgiu pela primeira vez em 2008 para designar quatro países da União Europeia (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, em inglês «Spain»), com economias caracterizadas por um alto nível de endividamento e de défice público; por vezes, a Itália é incluída no grupo, dando origem ao acrónimo PIIGS. (N. da T.)

seguem uma estratégia expansionista keynesiana. Se o crescimento global se reanimar, será devido à prevalência da via oriental de estímulo keynesiano.

Porém, haverá um problema. Como afirmo neste livro, está a tornar-se cada vez menos sustentável um crescimento acumulado de pelo menos 3% para sempre, aceite empírica e convencionalmente como necessário para um funcionamento satisfatório do capitalismo. Pouco conforto podemos tirar do modo como a China se está a cobrir de auto-estradas e de automóveis e a lançar-se na suburbanização e na construção de novas cidades a uma velocidade alucinante, nem do alastramento da sua influência por meio da participação num vasto roubo de terras à procura de recursos, quer em África, em particular, quer em qualquer sítio onde consiga impor-se, como na América Latina. As consequências ambientais da ascensão da China são enormes, mas não apenas nesse país. A procura rapidamente crescente de petróleo, carvão, cimento, soja, etc., por parte da China, está a transformar grande parte da África, da América Latina e da Ásia Central, além de outros países como a Austrália, em produtores satélites sem qualquer respeito pela degradação da terra e o esgotamento dos recursos. É evidente que, neste aspecto, o Leste da Ásia se limita a seguir as passadas dos Ocidentais, no seu percurso perturbado e muitas vezes bárbaro rumo à riqueza e ao poder. Mas se foi assim que lá chegámos, quem somos nós para lhes dizer que devem parar e desistir, particularmente quando nos mostramos tão pouco dispostos a moderar os nossos estilos de vida para responder a preocupações ambientais?

O objectivo dos programas keynesianos de estímulos não é funcionarem permanentemente, mas cobrirem recessões de curta duração para recuperarem os défices quando as condições melhorarem. Na década de 1960, o problema residiu no facto de ser politicamente muito difícil recuperar, ou reconhecer, como disse uma vez William McChesney Martin, ex-presidente da Reserva Federal, que o trabalho do poder político é «retirar a tigela de ponche enquanto a festa está a decorrer». E estamos agora a sofrer as consequências de Alan Greenspan, o suposto presidente profético da Reserva Federal nos tempos afortunados da década de 1990 e de princípios da década de 2000, não o ter feito. Resta saber se os

Chineses serão ou não capazes de retirar da mesa a tigela de ponche no momento certo.

Há muito que se tornou evidente para observadores imparciais que os capitalistas individuais que operam por sua própria conta e interesse tendem a comportar-se de uma forma que, colectivamente, precipita o capitalismo numa crise ainda mais profunda. O mesmo se pode dizer dos diversos interesses de facções que periodicamente dominam o poder político e económico: os banqueiros e financeiros ávidos de bónus que, neste momento, definem grande parte da ordem de trabalhos em Washington e Londres; a classe ressurgente dos rentistas que extraem rendas não só do controlo sobre a terra, propriedades e recursos, mas também, cada vez mais, dos direitos de propriedade intelectual; e os capitalistas mercantis, como a Wal-Mart e a Ikea, que forçam os produtores ao cumprimento dos seus calendários e encomendas de modo a transformá-los em meros peões nos seus jogos competitivos. Os indivíduos e as facções que perseguem os seus interesses particulares quase nunca conseguiram produzir uma agenda política convincente e coerente para estabilizar, já para não falar em reavivar, um sistema capitalista debilitado. Há sinais por toda a parte de que vai ser assim desta vez. De que outra maneira se poderá explicar o imenso apoio financeiro concedido pelos indivíduos mais ricos e pelas facções poderosas nas finanças e nos média às políticas incoerentes do movimento Tea Party nos Estados Unidos?

Ainda mais perturbadora é a concorrência entre países pela riqueza e o poder, bem como a formação de blocos de poder, quanto mais não seja porque os estados ainda reivindicam — e em certo grau mantêm, tanto individual como colectivamente (por meio de alianças como a NATO) — um certo monopólio sobre os meios de violência. Com demasiada frequência o mundo político-militar amplia, em vez de amenizar, as contradições internas da acumulação de capital em detrimento de todos, menos dos mais abastados e poderosos. Há muito que esses perigos são bem conhecidos. Como referiu em 1824 o filósofo político britânico William Thompson, «Em comparação com a preservação desta actual distribuição (de riqueza), não se consideram dignas de ser tidas em conta a miséria ou felicidade, sempre recorrentes, de toda a raça

humana. Tem-se chamado segurança à perpetuação dos resultados da força, da fraude e da sorte; e, para apoiar esta falsa segurança, sacrificam-se implacavelmente todas as forças produtivas da raça humana.» E é precisamente isto que resulta da falsa segurança da austeridade bem como da falsa segurança do interminável crescimento acumulado.

O que tem travado esta política capitalista incoerente tem sido uma vasta panóplia de lutas dos explorados e dos expropriados, dos trabalhadores contra os capitalistas, dos cidadãos contra os rentistas e mercadores predadores, de populações inteiras contra os roubos muitas vezes violentos do colonialismo e do imperialismo, bem como as lutas mais vagas mas não menos influentes em prol da justiça, dos direitos e de uma ordem social mais ética e democrática. Nos últimos quarenta anos, as molduras institucionais organizadas desta resistência à missão não civilizadora do capital estilhaçaram-se, deixando para trás uma estranha mistura de instituições velhas e novas do tipo das que descrevi no último capítulo deste livro, que têm dificuldade em articular uma oposição coesa ou um programa alternativo coerente. Trata-se de uma situação de mau augúrio tanto para o capital como para as pessoas. Leva a uma política de *après moi le déluge*, em que os ricos se imaginam capazes de flutuar com segurança dentro das suas arcas bem equipadas e abastecidas (não será isto que significa o roubo global de terras?), deixando o resto das pessoas a enfrentar o dilúvio. Mas os ricos não podem ter a expectativa de flutuar para sempre acima do mundo que o capital criou porque, neste momento, não existe literalmente nenhum lugar onde se possam esconder.

Resta saber se será possível, no nosso tempo, suturar outro conjunto de instituições destinadas a salvar o capital de si mesmo e a impedir o desfecho que Thompson descreveu. Mas mesmo que seja possível criar tais políticas e instituições associadas, elas não terão só de parecer muito diferentes das anteriores. Para darem origem a um capitalismo mais civilizado, terão de fazer muito mais do que lutar. A busca quixotesca de um capitalismo que possa ser ético e justo terá de ser abandonada. No fim do dia, como sublinhou Adam Smith ao reconhecer o poder da mão invisível do mercado a regular os comportamentos humanos, pouco interessa que

sejamos bem intencionados e sensíveis à ética, ou gananciosos e competitivamente destrutivos. A lógica da interminável acumulação do capital e do interminável crescimento está sempre conosco. Interioriza imperativos ocultos, incluindo a mão invisível do mercado, aos quais nos submetemos tanto de uma forma voluntária como inconsciente, independentemente das nossas inclinações éticas. É a praxis dominante, com todas as suas subjectividades políticas subtilmente implantadas, contra a qual temos de nos revoltar construtivamente, se queremos mudar o mundo de uma maneira significativa. O problema do interminável crescimento acumulado por meio da interminável acumulação de capital terá de ser enfrentado e ultrapassado. É essa a necessidade política do nosso tempo.

Nesta perspectiva a longo prazo, é profundamente errado o impulso de reanimação do crescimento capitalista quer no Leste e Sul da Ásia quer noutras regiões como os abastados Estados do Golfo, através da construção de uma versão exagerada do estilo de vida americano («guiar para se manter vivo e comprar até cair morto»). O roubo global de terra que está em curso neste momento será certamente um erro de base. E embora possa parecer perversamente adequado, à luz de imperativos a longo prazo, condenar a América do Norte e a Europa ao abrandamento do crescimento e a uma austeridade interminável, isto só é feito em nome da defesa dos privilégios de uma plutocracia e não leva a parte nenhuma no que toca a substituir as possibilidades intermináveis de desenvolvimento das capacidades e poderes humanos pela impossibilidade de um crescimento acumulado interminável. O surto a curto prazo de crescimento capitalista em economias de mercado emergentes, do Leste e Sul da Ásia à América Latina, poderá ajudar a reequilibrar a distribuição global da riqueza e do poder, criando assim uma base mais saudável e igualitária para a concretização de uma economia global organizada de uma forma mais racional. A recuperação a curto prazo do crescimento, por oposição à proliferação das dificuldades, também pode traduzir-se num ganho de tempo para a concepção de soluções de transição num prazo mais longo. Mas os ganhos de tempo só serão úteis se forem bem aproveitados.

Teremos de encontrar uma alternativa. E é aqui que o aparecimento de um movimento co-revolucionário global se torna crucial não só para contermos a vaga dos comportamentos capitalistas autodestruidores (o que já seria um feito significativo), mas também para nos reorganizarmos e começarmos a construir novas formas organizacionais colectivas, novos bancos de conhecimento e concepções mentais, novas tecnologias e sistemas de produção e de consumo, enquanto testamos novas disposições institucionais, novas formas de relações sociais e de relações com a natureza, e novas concepções de vida quotidiana cada vez mais urbanizada.

Embora o capital nos tenha proporcionado uma abundância de meios que nos permitem abordar a tarefa da transição anticapitalista, os capitalistas e os seus seguidores tudo farão para impedir tal transição, por muito imperativas que possam ser as circunstâncias. Mas a tarefa da transição compete-nos a nós, e não aos plutocratas. Como advertiu Shakespeare: «O destino... não está nas estrelas, mas sim em nós próprios.» Neste momento, como afirma Warren Buffett, a sua classe está a ganhar. A nossa tarefa imediata é provar que ele está errado.

David Harvey

*Nova Iorque, Janeiro de 2011*